



# Anais da Assembleia

N.º 159

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 245ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1977

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Luiz Roberto Soares.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valtér Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 253/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 55/77, ex-Proposição número 195/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando estabelecer normas na aplicação de recursos do "Salário Educação", no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

A Presidência chama a atenção dos Srs. Deputados que ontem, ao término da sessão ordinária, foi convocada uma Sessão Extraordinária para amanhã, às 10,00 horas da manhã, tendo, na Ordem do Dia, a primeira discussão do Projeto de Lei número 74/76; dado o grande volume de matéria existente para a deliberação do Plenário, a sessão ordinária de sexta-feira, amanhã, será realizada às 14,30 horas — hora regimental — oportunizando-se também a realização de mais uma sessão extraordinária, às 14,00 horas.

A Presidência, portanto, lembra os Srs. Deputados que amanhã, sexta-feira, realizará duas sessões extraordinárias — uma às 10,00 horas da manhã com a Ordem do Dia já anunciada na sessão de ontem, e outra às 14,00 horas, com a terceira discussão do Projeto de Resolução número 253/77, e a sessão ordinária amanhã, portanto, às 14,30 horas, guardando o inters-

tício regimental de 24 horas para a votação de matérias que, possivelmente, mereçam a aprovação na sessão de quinta-feira para a terceira discussão, e, recebendo votação na sessão de amanhã, porquanto, segunda-feira será guardada para a votação da Redação Final das matérias aprovadas hoje e amanhã respectivamente, encerrando o período com a apresentação da Sinopse na sessão de segunda-feira, dia 5 do corrente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 2, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 74/76;

Marcando ainda uma sessão extraordinária, para às 14,00 horas, do mesmo dia, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 253/77. Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 246ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1977.

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valtér Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Dácio Leonel, Domício Scaramella e Waldenício Barbalho (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja registrado em ata um voto de louvor à nova Diretoria da Associação Comercial de Londrina, eleita no dia de hoje, tendo como presidente o londrinense NILO DEQUECH.

O louvor é maior ainda quando se constata que aquela entidade de classe passa a ser dirigida por um jovem e dinâmico

empresário, que segue o exemplo de seu pai, pioneiro da cidade de Londrina, que exerceu a mesma função.

Requer que desse ato se dê ciência à diretoria daquela entidade.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Município de Nova Cantu, pela passagem do seu 13º aniversário.

Outrossim, requerem seja dado ciência deste ao Executivo e Legislativo de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(aa) EDILSON ALENCAR e JAYME R. CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Cantu festejou dia 29/11, o seu 13º aniversário. A participação da banda militar de Maringá, desfiles de carros alegóricos, desfiles de alunos dos estabelecimentos de ensino e participação efetiva da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, fizeram das festividades, a maior de todas, já vista pela laboriosa população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Finanças, veemente apelo no sentido de ser determinada com urgência a construção de prédio destinado à agência de rendas estaduais de Querência do Norte.

Tal apelo se faz, em razão das precárias condições de trabalho que vem apresentando o prédio alugado no qual funciona a agência, e também face às condições que apresenta aquele município, considerável produtor agro-pecuário, localizado em ponto estratégico de ligação estadual, passagem dos portos Felício - PR e Caiuá - MT, necessitando eficiente e permanente fiscalização das rendas estaduais. A própria municipalidade de Querência do Norte, consciente do problema, está propensa a efetuar a doação do terreno em área central da cidade para tal construção.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado às Suas Excelências o Senhor Governador do Estado, Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado, veemente apelo, no sentido de que aquelas autoridades, determinem com urgência as providências visando a construção do prédio destinado à Corporação do Batalhão de Polícia Militar, destacado em Jacarezinho.

Tal apelo se faz, tendo em vista dotar de melhores condições de instalação, a Corporação do Batalhão da Polícia Militar destacado em Jacarezinho, e também, em razão da doação feita pelo município, há mais de 5 anos, de 10 alqueires de terras para essa finalidade.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a Suas Excelências o Senhor Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinarem, com urgência, a pavimentação do aeroporto de Jacarezinho.

O Município de Jacarezinho, um dos municípios integrantes do Norte Pioneiro de nosso Estado, que com a riqueza de seu solo privilegiado vem contribuindo para o engrandecimento do Paraná no cenário nacional, está a exigir que certos melhoramentos, como o asfaltamento de seu aeroporto, venha a atender, em razão de seu crescente progresso, aos reclamos da sua laboriosa população.

É este o sentido do presente apelo que ora formulamos às autoridades competentes, e que temos a certeza merecerá a melhor das acolhidas.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, uma certidão do inteiro teor da Ata aprovada na sessão do dia 27 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a recuperação e posterior conservação da estrada que liga Pirai do Sul a Ventania e esta a São Jerônimo da Serra, cuja estrada é de macadame e encontra-se em precaríssimas condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão por ser de macadame exige uma constante conservação, pois os danos causados pelas chuvas com o tempo tornam a estrada praticamente intransitável, mesmo porque há um grande movimento de veículos, caminhões que se utilizam daquela estrada.

Acrescente-se ainda que por ali trafegam ônibus e a precariedade do tráfego por aquela estrada tem causado prejuízos aos proprietários de veículos, os quais tem seus carros estragados, justamente porque são obrigados a enfrentar as duras condições da estrada.

Assim, o nosso apelo é que a estrada que liga Pirai do Sul a Ventania e esta a São Jerônimo da Serra, seja recuperada e conservada.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o duto Plenário, requer, sejam enviados expedientes à TELEPAR, através o Governo do Estado, no sentido de que se instale em ICARAÍMA, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer sejam enviados expedientes à TELEPAR, através o Governo do Estado, no sentido de que se instale em ALTO PIQUIRI, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer sejam enviados expedientes à TELEPAR, através o Governo do Estado, no sentido de que se instale, em FORMOSA DO OESTE, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer sejam enviados expedientes à TELEPAR, através o Governo do Estado, no sentido de que se instale em NOVA AURORA, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer sejam enviados expedientes à TELEPAR, através o Governo do Estado, no sentido de que se instale, em MOREIRA SALLES, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer sejam enviados expedientes à TELEPAR, através o Governo do Estado, no sentido de que se instale, em MARILUZ, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes formais aos Exmos. Srs. Secretários da Educação e Cultura e da Administração, bem como ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, encarecendo providências objetivas e imediatas para a construção de sede própria para a "Escola de Primeiro Grau Padre Magno", da cidade de Jacarezinho.

Encarece-se também que, até a construção da sede própria, se dê acomodação necessária àquele estabelecimento.

A presente solicitação justifica-se em virtude de haver a administração estadual, com autorização desta Assembléia, obtido elevada importância em empréstimo, para construções escolares. Ao mesmo tempo, a imprensa tem noticiado amplamente determinações para construções de prédios públicos, enquanto são concentrados recursos e esforços para aprimoramento do Centro Cívico, nesta Capital, como também para a decoração do Palácio Iguaçu.

Dá a pertinência deste pedido, notadamente porque a "Escola de Primeiro Grau Padre Magno", de Jacarezinho, que

acolhe grande número de alunos, não possui endereço definido e definitivo, sofrendo constantemente mudança de um edifício para outro, em prejuízo do ensino, do professor e dos alunos.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, encarecendo providências objetivas e imediatas no sentido de só autorizar a execução de novos projetos de reflorestamento após audiência, sobre a conveniência social e econômica, da Prefeitura Municipal, em cujo território se localizar o imóvel objeto do projeto.

Requer também, o envio de expediente à Empresa Bamerindus S/A. - Empreendimentos Florestais, encarecendo o seu bom senso de ouvir previamente o Prefeito Municipal de Curiúva sobre novos projetos de reflorestamento no território daquele município.

A presente solicitação justifica-se em virtude dos graves problemas econômico-financeiros e das sérias consequências sociais dos projetos de reflorestamento em muitos municípios paranaenses, de que Curiúva é exemplo eloquente.

As terras do Município de Curiúva são próprias para a produção de café, milho, soja, trigo, arroz, feijão, mandioca e de muitos outros produtos agrícolas. Possui também criações de gado suíno e bovino, em grande quantidade.

Ocorre que, em razão do preço acessível de suas terras e da proximidade do Município de Telêmaco Borba, onde se situa uma famosa indústria de papel, o Município de Curiúva passou a ser ocupado por projetos de reflorestamento, especialmente os de iniciativa da Empresa Bamerindus S/A. - Empreendimentos Florestais.

Empreendimentos dessa ordem implicam na expulsão do homem da terra, tirando-lhes o meio de trabalho e, portanto, condições de subsistência. Com isso, decresce também a produção agrícola e, conseqüentemente, a receita do município.

Porque entendemos que projetos dessa ordem, muito embora com justificável interesse econômico, não podem se sobrepor aos interesses sociais, julgamos que a providência sugerida, de se ouvir previamente o poder municipal sobre a sua conveniência, é justa e procedente.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 171/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé", com sede e foro na cidade de Cambé.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10. de dezembro de 1977.

(a) DEL CIEL

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Cambé, há longos anos.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso estamos apresentando o presente projeto de lei para o reconhecimento público estadual, que temos a certeza

contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 172/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A estrada que liga Ivaiporã a Mauá passa a denominar-se “Rodovia do Milho”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

## JUSTIFICATIVA:

Ivaiporã é conhecida como a Capital do Milho, título que é proclamado com ufanismo e orgulho por parte de toda a população daquela região.

Nada mais justo e oportuno do que honrar-se e homenagear-se aquela população marcando a sua principal rodovia com o nome de “Rodovia do Milho”.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 174/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal, com sede no interior do Estado do Paraná, terão direito a uma linha diária ligando o município de sua sede à Capital do Estado, por acesso de sua livre escolha.

Art. 2º — Para os efeitos do artigo anterior, só serão admitidas as empresas que, na data da entrada em vigor desta lei, possuírem mais de dez anos de existência e que suas linhas regulares diárias percorram no mínimo 500 quilômetros.

Art. 3º — As empresas solicitarão as novas linhas ao Departamento de Estradas e Rodagem, solicitações estas que só serão aprovadas desde que preenchidos os requisitos constantes nos artigos anteriores, bem como as exigências contidas no Decreto número 17.859, de 23 de abril de 1965.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

## JUSTIFICATIVA:

O transporte coletivo rodoviário intermunicipal é um serviço de utilidade pública. É pública e notória a atual dificuldade do homem do interior — quer seja do norte ou do sul, do nordeste ou do sudoeste — para atingir a Capital do Estado. Isto porque, se consegue ele se locomover com relativa facilidade na sua região, o mesmo não acontece quando de lá pretende vir a Curitiba. É sabido, por outro lado, que existem operando no interior do Estado empresas rodoviárias de alto gabarito, mantendo excelente serviço, mas não podem instalar linhas para a nossa Capital em razão do monopólio detido por outras companhias. E tal fato obriga o cidadão do interior a depender de duas empresas para vir a Curitiba, quando poderia perfeitamente aqui chegar utilizando-se apenas da companhia que opera na sua região. Por que, então, não se permite que aquelas empresas interioranas também instalem linhas para nossa Capital?

Não há motivo para que se favoreça certas empresas em detrimento da coletividade. Sem dúvida, o presente projeto de lei vem principalmente beneficiar o cidadão do interior, aquele mesmo que contribui com impostos e taxas para a pavimentação de estradas, mas que, apesar disso, não tem a necessária retribuição de um serviço de transporte coletivo à altura. É de se frisar, finalmente, que a livre concorrência somente traz benefício à coletividade. Havendo mais de uma empresa rodoviária ligando a Capital ao interior do Estado, é evidente que procurarão elas oferecer conforto e melhores condições de viagem aos usuários, os quais serão os grandes beneficiados com

a competição entre as mesmas. Contamos, pois, com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 175/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Londrina”, com sede e foro na cidade de Nova Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos venha receber o reconhecimento público do Estado, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto a comunidade de Nova Londrina, dentro das finalidades propostas através dos seus Estatutos Sociais.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Lê): “O povo de Medianeira, por todas as suas lideranças sociais, clama pela conclusão da “Estrada do Colono”. Também são esses os interesses de toda a faixa de fronteira do Paraná, obedecendo às necessidades do desenvolvimento do Oeste do Estado.

A “Estrada do Colono” é a mesma BR-163, articulada com a BR-386, que passa pelo Parque Nacional do Iguaçu. Entretanto, o Parque Nacional do Iguaçu é uma reserva que pertence ao Brasil, porém faz parte de compromissos internacionais na Bacia do Rio da Prata que nos obrigam a manter o equilíbrio ecológico na região.

Ocorre que interesses de grupos e a convivência da fiscalização federal permitiram que no Parque Nacional do Iguaçu não só fosse traçada uma estrada e caminhos em diversas direções como se instalassem posseiros.

Para prevenir a possibilidade de que fosse fragmentado aquele Parque e, sua destruição, algumas medidas de rigor vêm sendo exigidas, o que é absolutamente correto. Queremos de parte das autoridades todas as medidas que garantam a preservação do Parque Nacional do Iguaçu.

Todavia, Srs. Deputados:

Já surgiu a idéia do aproveitamento “turístico” do Parque Nacional do Iguaçu, com planos para a utilização intensa daquela área, bem como de suas estradas. Construções estão sendo pensadas para restaurantes, estacionamento, mirantes etc. Vemos, então, que a idéia da preservação enfrenta outros interesses. Defendemos a preservação de maneira intransigente. Queremos que se cumpram as leis e nossos compromissos internacionais.

Mas, a estrada ali está, sendo utilizada por todos quantos necessitam abreviar caminho. E ela se apresenta como irreversível pelas próprias autoridades, às quais está sendo delegado o direito de autorizar essas passagens habituais.

Já não estamos vendo, ali, a preservação total, pois durante esses muitos anos de ocupação ilegítima e ilegal e de uso das estradas e depredação de algumas reservas florestais o Parque Nacional do Iguaçu perdeu alguns de seus bens naturais.

Insistimos numa ação mais enérgica da parte das autoridades na defesa daquela importante reserva natural. Porém, consideramos que resta a essas autoridades o controle rígido do tráfego pela estrada, já que não se pensa em fechá-la. Nem sabemos se a essa altura será o mais recomendável.

E consideramos, também, que a estrada deve ser melhorada, transformando-se em rodovia, com melhores condições de uso. Quem fiscaliza uma estrada, o tráfego que por ela passa, fiscaliza mais e melhor uma estrada melhor.

E então nós perguntamos, por que não transformar a estrada em rodovia de primeira classe, atendendo ao apelo de toda a região? Pois é esta a "Estrada do Colono", de que todos falam.

A "política do avestruz" não convém. A estrada está aberta e sendo utilizada. Não se fala na "Estrada do Colono" porque passaria dentro do Parque Nacional do Iguaçu.

É esta uma atitude sensata? Com a "política do avestruz" se resolve o problema da "Estrada do Colono" ou do Parque Nacional do Iguaçu? Certamente que não.

A "Estrada do Colono", que vai de Sarandi ao Rio Grande do Sul, até Rondonópolis, no Mato Grosso, na extensão de 1.945 quilômetros, precisa ser concluída, porque é do interesse nacional. Porque é do interesse dos Estados. E interessa vivamente a todo o Oeste do Paraná.

A questão da fiscalização do tráfego e de todo o Parque é assunto da responsabilidade das autoridades federais.

Fiscalizem, preservem e defendam aquela reserva, pois esta é a sua função.

Todavia, a "Estrada do Colono" precisa ser terminada urgentemente, sem desvios absurdos que não protegem o Parque na realidade. O traçado passa por ele e por ali deverá ser concluída a importante rodovia."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós vamos usar da tribuna neste presente momento, a fim de fazer uma denúncia. Há muito tempo este Deputado, viajando pela Estrada do Café, tem recebido queixas de pessoas que foram ludibriadas por malandros, — ora postados em barracas onde se vendem melancias; ora em bicas d'água; ora, próximos a restaurantes, pessoas com três cartas de baralho, jogando as tais amarelinha, ou jogo do pinguim, ou a vermelhinha, acabam ludibriando aqueles que por ali passam. Isto vem acontecendo e este Deputado tem recebido várias queixas.

No último domingo, quando íamos com nossa família para Londrina, ao nos aproximarmos além do Posto Sprea, no quilômetro 60, encontramos ali alguns amigos de Londrina que foram ludibriados por esses homens, por pessoas que com o baralho tomavam o dinheiro das pessoas que por ali passavam. Fomos alertados por dois ou três elementos de Londrina, que já haviam perdido ali 10 ou 15 mil cruzeiros. Chamamos a atenção do malandro que se encontrava com as ditas cartas, dissemos a ele que iríamos levar ao conhecimento da Polícia, iríamos levar ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança Pública, e chegamos a chamar a atenção do mesmo.

Qual foi a nossa surpresa, Sr. Presidente, quando ele e mais três elementos, armados de faca, se aproximaram de nossa pessoa e só não morri porque Deus é grande, Sr. Presidente. Tudo por que?

Tudo porque estava chamando a atenção e iria levar ao conhecimento de S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública esse fato. Saímos dali, Sr. Presidente, fomos até a guarda mais próxima dali, postada a uns vinte quilômetros, levamos ao conhecimento dos guardas e, logo em seguida os malandros acabaram saindo do local onde se encontravam.

Fomos saber depois que é comum e que isso vem acontecendo nos últimos três anos, sem que nenhuma providência seja tomada pelos nossos policiais. Nós iremos levar esse fato, iremos conversar com o Sr. Secretário de Segurança Pública, levaremos esse fato a S. Exa., para que a família paranaense não seja mais ludibriada por esses marginais que ficam à beira da estrada, sem que nenhuma providência seja tomada pela nossa polícia.

São essas as nossas palavras e o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra a S. Exa., o Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fala-se tanto neste país de esperanças, esperanças e mais esperanças; promessas feitas, promessas não cumpridas, que a Nação já está cansada. E não se entende o jogo democrático, sem que seja possibilitado a cada cidadão o livre exercício da livre expressão do seu pensamento. Em razão disso, estamos apresentando a esta Casa, o requerimento que segue: (Lê) "Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, satisfeitas as formalidades regimentais, requerem seja consignado em ata um voto de solidariedade ao semanário "MOVIMENTO" em sua luta para conseguir ser veículo de idéias democráticas e culturais, enfrentando as maiores dificuldades que o sistema discricionário lhe impõe, tanto a título de censura prévia como a outros pretextos.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1977

(aa) Renato Bernardi e Osvaldo Macedo.

Apoiamento:

Deni Schwartz, Antônio Facci, Fidelcino Tolentino,

Trajan Bastos, Muggiati Filho, Del Ciel,

Valter Pietrângelo, Nilso Sguarezi e Adalberto Daros".

Na sua luta para ser mais um porta-voz dos democratas que resistem à força, ao arbítrio e à prepotência, o Diretor-Presidente da Edição S.A., editora responsável pela publicação do semanário "Movimento", dirige a seguinte carta a S. Exa., o Sr. Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça. (Lê):

"Brasília, 22 de novembro de 1977

Exmo. Sr. Ministro da Justiça,

Armando Falcão

Edição S.A., empresa que dita o semanário Movimento e que tem como seus associados quatrocentos jornalistas, parlamentares, professores, empresários, intelectuais e estudantes, julga sua obrigação relatar a V. Exa., para conhecimento oficial e público, e para as devidas providências, a extensão das arbitrariedades cometidas contra o livre exercício de suas tarefas editoriais.

No dia 19 passado, durante viagem de trabalho ao Rio de Janeiro, Antônio Barbosa Neto, nosso funcionário, passou a ser seguido por um grupo de mais de uma dezena de indivíduos. Neto dirigiu-se então à Rua Ministro Artur Ribeiro, 384, casa do jornalista Márcio Bueno, chefe da nossa sucursal na cidade, e pôde perceber que o grupo de seus perseguidores se estabeleceu depois em pelo menos quatro carros nas imediações da residência, de onde passou a seguir ostensivamente todas as pessoas que para ali se dirigiam.

No começo da tarde do dia 20, após mais de meio dia de cerco, o presidente de Edição S.A., acompanhado dos advogados Heráclito de Sobral Pinto e Eny Moreira, do deputado Délio dos Santos e do vereador Antônio Carlos Carvalho, se dirigiram para o local sitiado onde finalmente interpelaram dois dos integrantes da estranha manobra persecutória. Diante das vivas perguntas do advogado Sobral Pinto, os tais elementos se confundiram e entre se declararam transeuntes desinteressados, em busca de ar fresco, e funcionários do serviço de vigilância do Banco Central, nos convenceram da necessidade de maior investigação a respeito. Fizemos registro de ocorrência na delegacia

policial da região e estamos nos dirigindo a V. Exa., para ressaltar mais ainda as razões da necessidade de imediato e cabal esclarecimento da ocorrência. Antônio Barbosa Neto é um ex-preso político que trabalha conosco há um ano e hoje é chefe do nosso escritório em São Paulo. A empresa está seriamente preocupada em poder garantir-lhe o pleno direito de trabalho que as leis lhe asseguram. A perseguição movida contra ele tem os sinais inequívocos de uma tentativa de seqüestro ou de intimidação política e acontecimentos recentes do país tornam imperiosas as providências rápidas no sentido de evitar outros danos. O país tem duas dezenas conhecidas de opositores políticos desaparecidos em condições misteriosas; nos últimos meses ocorreram vários seqüestros, políticos por entidades para militares de comportamento abertamente fascista; nosso próprio jornal tem recebido cartas e telefonemas ameaçadores de grupos deste tipo. A necessidade de providências se impõe por outra razão essencial; os jornais continuam repletos de notícias de denúncias de prisões políticas arbitrárias, precedidas de seqüestro e seguidas de inauditas violências contra os prisioneiros. Apesar dos protestos reiterados de inúmeras vozes da oposição, apesar dos pronunciamentos de vários magistrados a respeito, e apesar mesmo das declarações de porta-vozes do governo que anunciam uma disposição de investigar os abusos, estas bárbaras práticas persistem.

As dificuldades criadas pelos acontecimentos do fim-de-semana passado somam-se ainda a inúmeras outras: há cerca de dois meses tivemos uma edição apreendida pela Polícia de São Paulo, após ter sido liberada pela Polícia Federal de Brasília, logo depois, vendedores, chefes de sucursal e correspondentes de nosso jornal em Salvador, Fortaleza, Curitiba, Campina Grande, Rio de Janeiro e São Paulo, tiveram atividades embargadas por policiais ou agentes; até mesmo um folheto de compilação de matérias já publicadas em Movimento foi submetido a investigação e nos sujeitou a depoimentos e prisões em estabelecimentos policiais.

Todas estas medidas foram desenvolvidas sem nenhum mandado judicial e sem qualquer justificativa. Se por um lado elas têm servido para fortalecer a disposição de trabalho de nossos funcionários, cada vez mais convencidos da importância atual de que o país tenha sua vida regida por uma Constituição adotada através de métodos democráticos, por outro constitui agravamento adicional à severa censura a que nossa publicação semanal é submetida.

Como é do conhecimento de V. Exa., em que pesem declarações recentes de porta-vozes do governo anunciando uma disposição oficial de empenho pelo fim da censura, Movimento continua restringido por um conjunto de medidas de força. Recentemente, pessoas credenciadas de seu Ministério nos procuraram para que nos dispuséssemos a concessões que, no entender delas, favoreceriam uma lenta, gradual e segura extinção da censura aos jornais como Movimento, O São Paulo e Tribuna da Imprensa. Para aquelas autoridades, como agora, reiteramos a nossa disposição de ajudar de forma efetiva e urgente todos aqueles que procurem se empenhar de maneira sincera e clara pela restituição ao país e seu povo do direito de livre expressão e informação.

De que forma, porém, podemos receber as ações concretas que são desenvolvidas contra nós e contra a liberdade de imprensa por parte de repartições e agentes sob a autoridade do Ministério da Justiça? Como podemos receber a falta de providências no sentido de punir, proibir, investigar ou esclarecer os casos de abusos e arbítrios mais evidentes? Recentemente solicitamos de forma oficial a funcionários do Ministério de V. Exa. que fosse transferida a data de realização de censura de quinta para sexta-feira porque entendemos, que se é um absurdo que ela seja feita em Brasília, a mais de mil quilômetros do local onde o jornal é feito, mais incrível ainda é que ela seja feita nas datas e horários mais convenientes às necessidades dos

funcionários e do Ministério que V. Exa. dirige. Contudo, sequer esta formalidade nos foi concedida.

No entanto, com vistas a demonstrar mais uma vez os nossos métodos e objetivos democráticos em oposição aos métodos e objetivos anti-democráticos que têm sido usados contra nós, solicitamos de V. Exa.:

- providências enérgicas e imediatas no sentido de coibir os abusos que nos vêm sendo infligidos;

- uma investigação rigorosa e urgente das violências e coações a que fomos submetidos no fim-de-semana no Rio de Janeiro.

Certos de que o trabalho em defesa da livre expressão e da livre informação constitui necessidade sentida pelas amplas camadas da população, nos despedimos.

Respeitosamente

Raimundo Rodrigues Pereira

Diretor Presidente da Edição S.A."

E assim, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo: "O Brasil inteiro espera, mas a Nação não suporta mais a falta de liberdade e a falta de democracia.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de anunciar neste Plenário, a presença do Sr. Dorneles Cavali, DD. Presidente da Câmara Municipal de Mamboré.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cada véspera de eleição, sejam elas municipais ou gerais, nota-se uma campanha para aumento do eleitorado.

Isso acontece em todos os Estados do Brasil. Nos prazos que antecederam às últimas eleições, quer nas municipais, quer nas eleições gerais de 74, nós também observamos até a intensa campanha para o aumento do eleitorado.

O que acontece, é que essas campanhas são feitas, infelizmente, muito em cima dos prazos, de tal ordem que sempre não há o prazo hábil e suficiente para que efetivamente se verifique o aumento do eleitorado.

Todos os componentes desta Casa, por ser uma atividade diretamente vinculada à própria profissão do político, do representante do povo, diuturnamente estou encontrando gente que indaga: como posso fazer a transferência do meu título eleitoral? Como posso me qualificar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos sugerindo às autoridades, especialmente ao Executivo deste Estado, ao Tribunal Regional Eleitoral, que já na abertura de 1978, deflagre uma campanha de aumento do eleitorado paranaense. Acredito que milhares de paranaenses potencialmente em condições de votar, não o fazem, quer porque não estão com o seu título em ordem, em virtude de em eleições anteriores não terem votado, quer porque o próprio título se esgotou. E na última eleição nós presenciamos muita gente que preencheu o título e que para votar terá que ter novo título, quer para transferência, quer para segunda via.

Então, me parece que essa campanha deve ser iniciada com uma antecedência, no mínimo, de seis meses, ao prazo hábil para qualificação. Como o prazo deve terminar em agosto, é necessário que logo no início do ano, essa campanha seja deflagrada. E hoje, a televisão, o rádio, os jornais, podem ir conscientizando o paranaense, para que assim proceda.

Parece que um aumento da bancada paranaense no Congresso Nacional se fará automaticamente, não dependerá do número de eleitores. Mas isto não deve ser a razão para que não se aumente o eleitorado do Paraná. Acredito que se nós nos prepararmos para uma volta à normalidade democrática é necessário o engajamento de mais brasileiros na luta democrática. É necessário o engajamento de mais brasileiros, no processo de redemocratização. E o eleitor é por excelência o homem



engajado e em condições de ter uma ativa e intensa participação dos destinos políticos da nossa terra.

Assim sendo, Sr. Presidente, estou endereçando à Casa e pedindo aos Srs. Deputados que aprovem um requerimento, vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer manifestação do Plenário para enviar ao Governador do Estado, Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria do Interior e Justiça, expediente em que se conclame aquelas autoridades, para iniciarem intensa campanha de aumento do eleitorado paranaense, tendo em vista não só a proximidade de eleições gerais, mas precipuamente, elevar a representação do Paraná, quer a nível de Congresso Nacional, quer a nível de Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1977.

(a) Nilso Sguarezi.

#### JUSTIFICATIVA:

Muito embora a qualificação eleitoral, seja uma exigência legal, sabe-se que muitos eleitores deixam de exercer seu direito por não atualizarem seu domicílio eleitoral, outros por não estarem orientados e deixarem a qualificação e o prazo hábil escoarem-se e outros ainda por esperarem os derradeiros dias e não mais conseguirem o registro eleitoral. O colégio eleitoral do Paraná, necessita ser atualizado, pois milhares de paranaenses que aqui residem, vindos de outros Estados, ainda não efetuaram as necessárias transferências de títulos eleitorais. Uma campanha de conscientização e de facilitação para o eleitorado, deve ser desencadeada pelas autoridades responsáveis. Mais eleitores, significa não só maior participação nos destinos políticos nacionais. Sugere-se pois que o Governo do Estado deflagre intensa campanha neste sentido, usando dos meios de comunicação de massa, para conscientizar a população dos prazos fatais e das facilidades que serão oferecidas para a qualificação eleitoral. Tal operação que deverá, necessariamente contar com a participação das prefeituras municipais, não pode ser ativada na última hora, mas sim com antecedência, a fim de que se possa obter os melhores resultados possíveis. Que nenhum cidadão paranaense em condições de votar, deixe-o de fazer, não ao menos pelo fato de não ser alertado e encontrar dificuldades para conseguir qualificar-se.

Pela nova sistemática, a bancada paranaense na Câmara Federal deverá aumentar, bem como a da Assembléia Legislativa, e que isso não seja pretexto para estimular-se o registro de maior eleitorado, porque as Câmaras de Vereadores, dependem para fixação do número de seus membros, exatamente do número de eleitores do município.

Ora, a qualificação no Estado do Paraná vem se operando fragilmente. Reduzido número dos potencialmente eleitores tem procurado a Justiça Eleitoral para regularização de seus títulos eleitorais. Além do mais, é a partir da condição de eleitor, que o cidadão tem possibilidades de participar ativamente dos destinos de sua pátria.

O progresso econômico do Paraná, deve ser traduzido, com ênfase, no seu grande colégio eleitoral. Mais eleitores, por outro lado, serão mais vozes clamando pelo Estado de Direito e mais cidadãos integrados nos destinos nacionais.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tramita nesta Casa — e é objeto da Ordem do Dia de hoje — um projeto de lei de autoria do eminente Deputado Erondy Silvério, que busca, com a sua pretensão, a modificação do art. 138, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em que visa acrescentar um § com uma redação, data vênica, que

contraria os próprios princípios que pretende disciplinar.

E, modestamente, junto com o Deputado Valter Pietrângelo, pretendemos oferecer uma emenda substitutiva no 2.º turno de discussão, consoante é permitido fazê-lo, e ela, essa emenda, pretende modificar para os seguintes termos: (Lê:) “Para os efeitos deste artigo, já referido, 138 § 7.º, — será assegurado ao servidor público admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar este tempo com o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total desse tempo por 35 e imediata divisão por 30, reduzido para as mulheres tal fator de cálculo para 30 e 25 respectivamente, bem como obedecida a devida proporcionalidade nos casos de natureza especial, previstos na lei.

E o artigo 2.º desta emenda pretende também que a lei entre em vigor na data da publicação, revogando as disposições em contrário. Porque no projeto não consta que a entrada em vigor seja da data da sua publicação, embora a Lei de Introdução ao Código Civil suprima esta anomalia, na forma de redação.

Sabe-se que tem pareceres contrários, mas que se reconhece por todas as Comissões que o projeto passou por se tratar de um elevado espírito público que busca regulamentar a pretensão já por nós esposada no início de nosso mandato, quando sugerimos ao Sr. Secretário de Recursos Humanos que disciplinasse a matéria para organizar uma forma normativa de adoção daquele direito a que pretende disciplinar este Projeto de Lei.

Acreditamos que isso faz aproximadamente 2 anos e que esta Assembléia aprovou o expediente que foi remetido ao Sr. Secretário e ao Chefe do Poder Executivo.

Dada a sua omissão e também ao fato de que no Estado de São Paulo, a exemplo de Minas, terem dado solução imediata à questão, através de emendas constitucionais, nós tomamos a iniciativa de apresentar a emenda constitucional de número 538/77, que está em tramitação nesta Casa.

Nada impede que esta fórmula, Sr. Presidente — e já vou concluir, porque sei que o tempo está esgotado — a pretensão, que o projeto de Emenda Substitutiva visa disciplinar seja viabilizada, mesmo com impeditivo formal, porque na Constituição houve uma modificação introduzida pelo eminente Senador Accioly Filho, que deixou de ser observado, por isso buscamos a regulamentação da matéria, dilatando o prazo que os funcionários pudessem se beneficiar do preceito legal.

Faço com brevidade estas alusões, para que se aprecie que não houve modificação de substância do projeto, apenas ajuste, para acomodá-lo ao preceito constitucional da época.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante todo o mês de novembro, esta Casa, através de eminentes Deputados, e a imprensa paranaense, lembrou a S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior, a necessidade do encaminhamento da mensagem de aumento de salário para o funcionalismo.

Entretanto, o mês de novembro passou e a matéria não foi enviada.

“Mais uma vez o servidor público estadual, injustificável e estranhamente é sacrificado pela insensibilidade do Governo paranaense que, às voltas com a valorização do irracional como as caríssimas e desnecessárias aquisições de bezerras canadenses, esquece a situação insustentável de sobrevivência daqueles que, efetivamente, fazem funcionar a máquina administrativa.

Enquanto a Prefeitura do Município de Curitiba já encaminhou mensagem à Câmara de Vereadores propondo aumento

a seus servidores nas bases de 42, 40 e 38 por cento, respectivamente, talvez a fim de que os beneficiários possam pagar parte da elevação dos impostos municipais já anunciados na base de quarenta e seis por cento, chegando até a noventa e dois por cento sobre os valores atuais, embora o Ministro Reis Vellozo tenha vindo a público decantar que as taxas de serviços para 1978 deveriam ser bastante inferiores à alta do custo de vida no corrente ano, até o presente momento, o Chefe do Poder Executivo Estadual ainda não se pronunciou quanto ao reajuste de vencimentos dos servidores públicos.

Entende-se que fatalmente se repetirá o descalabro já verificado nesse ano, quando o funcionalismo público estadual veio a conhecer o reajuste proposto já em março, com a figura escamoteadora denominada "efeito retroativo", pela qual as diferenças correspondentes aos três primeiros meses do ano, englobadas, sem correção monetária, juros e multas legais, nas folhas de pagamento correspondentes ao mês de maio.

Iludiram-se os funcionários do Estado, quando imaginavam que tinham seus vencimentos aumentados em torno de índices equivalentes a sessenta por cento, sendo que na verdade, o que houve foi o "descavalamento" dos níveis de 1 a 10, após contínuas denúncias formuladas pelos Deputados Maurício Fruet e Fidelcino Tolentino.

Cálculos aproximados dão conta que, ante a contínua desvalorização de nossa moeda e o acelerado processo de encarecimento do custo de vida, proporcionaram ao Estado, através dessa manobra escamoteadora, a movimentação de cerca de 20 bilhões de cruzeiros suficientes para o asfaltamento de dezenas de quilômetros de estradas, o que significa que o Governo do Estado está pavimentando rodovias com o suor de seus funcionários.

Se novas previsões forem feitas, com o funcionalismo percebendo diferenças salariais a partir de maio como ocorreu no ano que se finda, mais um crime estará se perpetrando contra milhares de famílias paranaenses cujas sobrevivências dependem dos irrisórios recursos provenientes de suas prestações de serviço ao Estado.

Finalizando, adianto que, à guisa de advertência, existem dezenas de servidores dispostos a impetrarem mandado judicial para se ressarcirem das importâncias correspondentes ao não pagamento das diferenças salariais que deveriam ser implantadas nas folhas dos meses significativos como "de efeito retroativo" e que tais mandados terão "efeito retroativo" sobre o ano de 1977.

Pretendo, Srs. Deputados, propor à consideração, o seguinte requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) (Faz soar os tímpanos)

A Presidência lhe concede tempo para concluir, por favor, e o informa que o tempo já se esgotou.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas a leitura do requerimento, Sr. Presidente, que é pequeno: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata, de moção de protesto, dirigida ao Governador do Estado, pelo não envio de mensagem à Casa, propondo o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1977".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma plêiade de paranguaras que hoje residem em Curitiba, resolveram fundar o Centro Paranguense de Curitiba. E, para tanto, como não podia deixar de ser, este paranguara, este Deputado que vos fala, está com a intenção de solicitar aos Srs. Depuados que aprovem um projeto no sentido de de-

clarar de utilidade pública o Centro Paranguense de Curitiba, com sede e foto jurídico nesta Capital. A lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A justificativa diz o seguinte: (Lê)

"O Centro Paranguense de Curitiba é uma sociedade civil devidamente constituída, com seu Estatuto regularmente registrado no Cartório do 2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos, desta Capital. Consta-se outrossim, pelo artigo 37o. do Estatuto, que os membros de sua Diretoria não são remunerados.

A finalidade da sociedade é, particularmente, congregar em seu seio, filhos e simpatizantes da cidade de Paranguá, residentes nesta Capital, promovendo dentre os associados festividades de cunho recreativo, artístico e beneficente e, dentro de suas possibilidades dar assistência social aos sócios e seus familiares.

É também uma entidade que promove a divulgação da principal cidade de nosso litoral, cooperando conseqüentemente com as nossas autoridades para o desenvolvimento turístico da região.

Esses os principais motivos pelos quais tomamos a iniciativa do presente plano de lei, que temos certeza merecerá a aprovação unânime dos Senhores Deputados."

E como segundo assunto, rapidamente, eu queria fazer coro aos Srs. Vereadores que estão encetando movimento em favor dos moradores da Salgado Filho, contra aquele plano traçado pela URBS de cobrar um absurdo, e eu entendo também que seja um absurdo, por aquele asfalto da Salgado Filho.

E ler aos Srs. uma cartinha de um senhor chamado Benjamim Cacilhas, datada de 23 de novembro. Diz o seguinte, com um português fraco de alguém que não teve o privilégio, que não teve a oportunidade de estudar na sua humildade, mas diz muito bem nesta cartinha.

"Venho por meio desta, agradecer-lhe por ter se interessado no meu caso junto aos Diretores da URBS, sobre a cobrança do asfalto da Salgado Filho. Na qual lhes prometeram qualquer coisa ao Senhor, porque na saída o Sr. nos falou, — esqueça esta cobrança". De fato, eu telefonei na frente deste interessado ao pessoal da URBS, eles disseram que mandassem o interessado lá, porque, realmente, iriam fazer uma recomposição e dar condições para que se ele pudesse pagar, pagasse, o mínimo possível, ou num esquema bem suave.

"Mas isto infelizmente não aconteceu, porque vinte dias após, já recebi as duplicatas pré-datadas, para pagamento imediato, parcelamento este que no qual dá de sessenta por cento. Está escrita realmente com erros, mas dá para entender. "... sessenta por cento e mais o juro.

A rua do lado foi pago, com todo o prazer, porque ali foi feita base asfáltica e calçado. Tudo novo. Mas, a Salgado Filho, a base de asfalto foi feito na primeira gestão do Governo Lupion. Agora recapada, puseram um meio-fio e um calçamento muito ruins e cobraram na mesma base, 1.046 o metro, à vista; em 4 anos, ele vai a 1750 o metro.

É um verdadeiro absurdo.

Mas o Sr. sabe, no momento em que vivemos, é um "salve-se quem puder". Mandam pechinchar frutas e verduras, mas no imposto de tributo, ou paga, ou vai para a dívida ativa, não tem pechincha.

No momento, era só.

Queira receber desde já, os agradecimentos de seu amigo. Benjamim Cacilhas")

Está com firma reconhecida.

Isto, Sr. Presidente, só para que se anote, para que se tome por base, porque um brasileiro residente em Curitiba, na ânsia de demonstrar o seu descontentamento pelo que se passa na nossa Capital com relação à URBS, mostra a sua contrariedade, à qual eu estou inteiramente solidário.



Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Hélio Manfrinato. (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz. (Declina).

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo. (Ausente).

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias. (Ausente).

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria. (Declina).

Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (Declina).

Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin. (Ausente).

Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Ausente).

Consulto a Liderança do MDB sobre se, para falar no espaço reservado ao MDB, por indicação de sua Liderança, ocupará a palavra, o Deputado Enéas Faria?

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente, eu estava inscrito no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) V. Exa. realmente estava inscrito no Grande Expediente, e, chamado a falar, V. Exa. não se encontrava no plenário.

A Presidência, todavia, concede a V. Exa. a oportunidade de falar, pedindo escusas à Liderança do MDB, e solicita ao eminente Deputado Enéas Faria, a sua compreensão.

Com a palavra, o nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “A Oposição nesta Casa vem falar à Nação, para servi-la.

O Presidente da República, tornando-se senhor absoluto dos rumos políticos do Brasil, cerrou as portas do Congresso Nacional, decretou o recesso, a pretexto da implantação de uma precária reforma judiciária, promovendo, entretanto, 11 outras, para afastar o povo das decisões do seu destino.

Apontamo-las todas nos seus 12 itens, registramo-las nos seus 12 pontos, pontos de honra dos iluminados pela sapiência divina. Eis a Lei das XII Tábuas do paganismo injurídico do Governo que, após dias de jejum político do Legislativo, afixou nos sinais da vida pública brasileira:

1o. — Eleições indiretas dos futuros Governadores, a partir de 1978;

2o. — Eleição indireta de 1/3 dos Senadores;

3o. — Ampliação do colégio eleitoral, de forma a incluir Vereadores;

4o. — Sub-legendas para o tempo do Senado a ser eleito pelo processo direto;

5o. — Dois suplentes para cada Senador, e dois Deputados para cada Território;

6o. — Extensão da Lei Falcão a todos os pleitos, inclusive os pleitos parlamentares;

7o. — Coincidência de mandatos para 1982, através de mandato tampão dos Prefeitos e Vereadores eleitos em 1980;

8o. — Quorum de maioria absoluta para proposta de Emenda Constitucional;

9o. — quorum de maioria absoluta para proposta de emenda constitucional;

10. — reforma judiciária nos termos do projeto originário do Executivo;

11 — fixa novos prazos de ineligibilidade;

12 — contingente populacional e não eleitoral para composição da Câmara dos Deputados, fixando o limite de 420 deputados;

13 — aumenta para 6 anos o mandato do Presidente da República.

Foram as medidas principais, ditatorialmente impostas a nossa vida constitucional.

Ensina Pío XII, que não vive dignamente o cidadão que só pode pensar e agir dentro das normas que lhe impõe o estado opressor. Vivemos um instante de afirmação. A Oposição não pode ser neutra, entre a verdade e o erro, entre o bem e o mal, não há neutralidade possível. A neutralidade confunde-se com a indiferença. A indiferença é a omissão do acumpliamento, impossível de ocorrer, quando os princípios básicos da democracia estão abalados ou sendo destruídos.

Democracia não se faz pela vontade de um homem, por mais iluminado, ou messiânico que seja; mas, pela manifestação soberana de um povo. Ela existe quando as instituições funcionam acordes com os princípios que regem a formação cultural da nacionalidade. As lideranças civis e militares, que promoveram o Movimento de 64, proclamaram na época os seus objetivos se resumindo na independência dos poderes acossados por pressões ilegítimas; no respeito à intangibilidade da Constituição Federal e na erradicação da corrupção e da subversão.

Como é difícil, diz Rui, cumprir o dever público, nesses tempos. Triste soledade moral e desta época em que elementos noutras eras, sócios irresistíveis das grandes causas, bramam, hoje, contra elas, transviados e dominados pelas mãos do poder. Ao que consta, o Sr. Presidente da República, não é a Nação. Não tem poderes divinos, nem goza de soberania. É, contudo, ao Brasil do AI-5, representante do arbítrio, e por isso, impõe. Outorga-se em poder constituinte e por isso incrusta na Constituição, também imposta, normas e medidas do seu império.

Representa o Executivo, centralizadamente legisla pelo Legislativo, majoritariamente, e julga pelo Judiciário, discricionariamente.

E ainda se diz, com desrazão gritante, serem Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, discurso do Líder do MDB, Alencar Furtado, quando fazia a análise das reformas conhecidas como “pacote de abril”.

Leio, Sr. Presidente, trechos deste discurso na hora em que esta Assembléia é convocada para incorporar na Constituição do Estado do Paraná, as disposições consignadas na Constituição Federal que passaram à história política do Brasil, como um dos maiores retrocessos que o movimento de março de 64 sofreu.

Fala-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados em discussão. Diz a realidade gritante, a realidade perceptível e sentida, é de que a cada momento que passa a Nação é vítima do arbítrio. Fala-se, comenta-se, que o Congresso Nacional tem força constituinte, e pode ele, soberano e altaneiramente reformar a Constituição.

Pergunto eu, se passando a transposição para esta Assembléia, se nós, Legisladores, temos realmente a legitimidade e as condições para legislar, para constituir as novas disposições da Assembléia Legislativa, da Constituição do Estado do Paraná. Qual é a liberdade que tem hoje o Deputado que defende a eleição direta, de consignar na Constituição do Estado do Paraná esta disposição? Qual é o integrante da Arena ou do MDB, se poder constituinte ele tem, de consignar na nossa Constituição deste Estado, desta Unidade da Federação, esta norma democrática de efetiva participação do povo, nos destinos da nossa Nação e do nosso Estado.

Leio, Sr. Presidente, a verdade cristalina e histórica que haverá de restar, quando se fala em democracia e na repartição dos Poderes. Um Poder Executivo que arbitrariamente cassou um líder Alencar Furtado, e um Poder Judiciário legitimamente constituído, que absolveu o Presidente da Oposição.

Quero, Sr. Presidente, prestar a minha homenagem a um homem cassado, com as suas palavras, com o seu discurso, a

clamar agora à Nação, a clamar agora os brasileiros, que se lhe faça justiça, que se lhe dê a oportunidade de num tribunal regular, perante a Nação expôr as suas razões.

Leio, Sr. Presidente, para que fique consignado nesta Assembléia, a palavra do injustiçado Alencar Furtado. E dizia, no prosseguimento de sua oração: "E ainda se diz, com desrazão gritante serem Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Eis a grosseira ironia constitucional, ensinada desde as aulas de Moral e Cívica às lições das universidades.

A violência enxerta na Constituição normas proibidas. O Legislativo, impotente e humilhado, sobre a autoflagelação de ver os presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados como parceiros do arbítrio, na elaboração das medidas impostas. Antes não tivessem ascendido aos cargos, que perder a postura de chefe de um poder, para que a Nação não veja os espasmos do medo deformando homens e cultivando escravos.

As ditaduras foram instituídas pelos romanos por um período não superior a seis meses e destinavam-se a enfrentar uma situação excepcional que os meios normais não podiam resolver.

O escrúpulo dos ditadores determinava que, cessado o motivo da excepcionalidade, fossem devolvidos os seus poderes. E foi assim que Cincinatus fez-se ditador por 15 dias e Servilius por uma semana. Oh tēpora, oh mores.

No Brasil, vitoriosa a Revolução de 30, o povo entendeu que passado um ano de ditadura, já era tempo suficiente para o cumprimento das promessas consubstanciadas no programa da Aliança Liberal, e se o Rio Grande do Sul clamou impávido pela normalidade, foi São Paulo que, em defesa da Constituição, fez a Revolução de 32.

Destarte, foi através de suas revoluções, batismo de amor à legalidade constitucional, que a Nação conquistou a Justiça Eleitoral e o direito de eleger pelo voto universal, direto e secreto, os parlamentares, os Prefeitos, os Governadores e o Presidente da República.

O sacrifício de tantos tem sido esquecido, o heroísmo anônimo, desperdiçado. Ontem, o Estado Novo, hoje o Estado Novíssimo, e os idealistas que fazem a História nas ruas, na imprensa, nos quartéis, nas igrejas, nas escolas, nas revoluções, nas fábricas, nos campos ou nos parlamentos, sofrendo a revolta santa dos que se sentem injustiçados com prisões iníquas, censura discriminatória, salário vil e com a falta de liberdade e democracia que asfixia este País.

Já se vão mais de 13 anos do Movimento de março de 64 e a Constituição vive à mercê dos Atos Institucionais e a segurança individual ao sabor do arbítrio. Poderes, acossados por pressões ilegítimas; a violência, fazendo praça ou fazendo escola; a incompetência, recebendo comendas e crachás; a corrupção, conquistando governos e o radicalismo oficial opondo veto à democratização do País.

Já 13 anos são passados, e a despeito dos princípios justificadores do Movimento de Março e das reiteradas promessas dos seus governos, o voto universal, direto e secreto, continua sendo fraudado, a critério das conveniências dos poderosos do dia.

Desfiguraram, uma vez mais, a Constituição. Deformaram-na para derrotar o povo que mesmo defeso de escolher o Presidente da República e os Prefeitos das Capitais já se aprestava para os prélios eleitorais dos Estados. Foi ele proibido de votar, de eleger, de participar. Um grupo que se constitui em donatário do Brasil impõe a sua vontade discricionária molda as instituições à sua maneira, rasga postulados constitucionais permanentes por motivos domésticos ou grupais; fechado o Congresso para tais abusos praticar; legislar sem Legislativo, num ato de força com finalidade eleitoral, fatos de suma gravidade que a Nação, pelo que sofre, jamais

esquecerá.

Desgraçadamente, a permanecer essa constante violência à legalidade, o povo passará a crer no arbítrio e não na Constituição na força e não na Lei.

"Mas sem essa crença na lei não há pátria. A pátria é a lei humanada nos corações dos que a servem. A pátria é esfera dividida da consciência e da palavra livre. Onde a palavra se amordaça, onde a consciência se retrai comprimida a pátria é o exílio profanado e sem repouso, sob o regime abominável da força".

Assim bradava Rui Barbosa, cuja cadeira no Senado será ocupada dentro em pouco, por um Senador sem voto e sem povo, que nem o Estado representa, senão o visgo pegajoso da servilidade.

Não, não será Senador aquele que for eleito, indiretamente, por colégios eleitorais pré-fabricados.

Na cadeira de Rui não pode sentar-se um picareta da República. Na cadeira de Rui senta-se um Paulo Brossard, um Marcos Freire, um Teotônio Vilela, que como tantos outros, dignificam a vida política do Brasil.

As chamadas reformas políticas não foram feitas para o Brasil, mas para a sobrevivência eleitoral do grupo dominante, em desproveito nacional.

As eleições a bico de pena eram menos ilegítimas, e mesmo assim causaram a Revolução de 30.

Infeliz é um povo sem Constituição ou contando com uma Constituição em que ninguém acredita.

Quem menospreza a Constituição, ilaqueando a boa fé nacional, para em causa própria legislar, afronta o povo e prejudica o País.

É, porém, tamanha a irracionalidade de comportamento que pisoteiam direitos, arrebatarem garantias individuais, violam preceitos constitucionais, parecendo até despojos de guerra de um país vencido, na disputa bárbara dos iconoclastas.

Em verdade, o Governo tem abusado no afrontar, o povo, num desdém permanente à democracia.

Constristamo-nos em ver o Sr. Presidente da República de costas para a Nação, legislando contra ela, afastando cada vez mais o povo, das decisões nacionais.

Porventura, foi feito o Movimento de Março de 64 para regredirmos, institucionalmente, aos idos de 30?

Foi feito, porventura, para promover os Leon Peres, de vários Estados que pontificam pela corrupção?

Porventura, foi feito para premiar o servilismo e deseducar politicamente o povo?

Quando da última eleição direta para Presidente da República um jovem de 17 anos hoje estará com 34, sem nunca ter votado em candidato à presidência do seu País.

Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 para banir o povo da escolha dos seus governantes?

E a desvalia e a desventura a que foram arrastados o Legislativo e o Judiciário, de que serviram? para mero desprestígio das instituições Nacionais?

E as prisões, os exílios, as cassações, as suspensões de direitos políticos teriam sido gerados pelo desforço, pela vinda, pela perseguição?

Porventura a intranquilidade e o sofrimento da Nação inteira foram em vão?

Não cremos que o Movimento de 1964 tenha sido feito para sepultar as esperanças democráticas, nem para renegar a memória dos idealistas que, com sacrifícios inenarráveis, até sangue derramaram, dentro e fora do Brasil, pela Democracia e pela Liberdade.

A História do Brasil jamais ungiu-se em ódios; é toda de grandeza feita, na generosidade ou na bravura, no perdão ou no amor. É magnífica a tradição libertária do povo. O civismo das lutas pela Independência é indelével na memória nacional. Eis que estão vivos os Emboabas, os Mascates, os

Inconfidentes, os Farrapos e os Confederados do Equador.

A nossa vocação de homens livres vem das entranhas do Brasil indígena, com Tibiriçá em São Paulo, com Araribóia na Guanabara, com Taparica na Bahia, com Sepé Tiaraju no Rio Grande, com o legendário Ajuricaba, cacique dos manaus, inimigo dos lusitanos dominadores que ao ser algemado por eles atira-se com algemas e correntes às águas do Rio Negro, preferindo morte à escravidão.

Ninguém tem o poder de tripudiar sobre um povo assim, que desde as origens telúricas da raça, jamais abdicou do seu direito e da sua liberdade.

As revoluções de 22, de 24, de 30, de 32, de 45, e de 64, adquiriram sentido histórico pelas proclamações de respeito às liberdades públicas, ao aperfeiçoamento das instituições e às conquistas democráticas. Esquecê-las, seria injúria cívica às figuras lendárias dos Eduardo Gomes, dos Juarez Távora, dos Siqueira Campos, dos Mascarenhas de Moraes, dos Tiradentes ou dos Frei Caneca, exemplos de fecundas lutas pela liberdade e pelo povo.

E o heroísmo dos pracinhas da FAB nos embates da guerra, que entenderam ser preferível morrer pelas democracias, a viver sob ditaduras. Muitos repousam no Cemitério de Pistóia; vários, exigem lesões que são troféus de guerra; alguns honram este Parlamento. Porventura foram feridos, arriscaram a vida ou morreram à toa? Não. O patriotismo é coisa sagrada, que não permite ser desdenhado por ninguém. E os filhos do povo, que morreram pela Pátria, com a mesma dignidade sabem viver por ela.

A Nação não contracenava com os atores e figurantes das autocracias, senão para condená-los, e a contrafação democrática em que nos encontramos escamecem o ontem e o amanhã deste País.

Quase tudo piorou. Ao invés do regime da lei é o da excepcionalidade que nos rege, e se olharmos a vida dura do trabalhador, vê-lo-emos todo destitua e sofrimento. As instituições estão em colapso. A moral desgarrou-se do direito, não vivendo, entre nós, em círculos concêntricos, como queria Ihering. A lei caiu de magestade. Tem sido feita até para servir a alguns e a outros jugular.

Pregava Pio XII, numa de suas mensagens de Natal, que "não vive dignamente o conjunto de pessoas submetida sem apelo a uma ordem jurídica em contraste com a ordem social e ética. Deus não quer — prossegue o Pontífice — que se conduzam os homens como se fossem rebanhos, como uma massa sem alma".

A lei não pode ser opróbrio, nem a Constituição um édito partidário. Ambas têm de retratar a Nação nos seus sonhos e nos seus problemas, simbolizando os padrões da decência jurídica de um povo.

O prestígio das instituições está nos serviços que prestam à Nação e no respeito que dispensam ao povo. A Nação inteira se ergue condenando o Governo que tenta submetê-la pelo arbítrio ou pela força, mas a História, pelo seu fadário, registra que as reservas morais e cívicas da nacionalidade não temem a prepotência.

Certo é que a vigência desses atos em exame terá, não diremos a duração das rosas de Malherbo, porém, no máximo, a duração do desprestígio de fim de um Governo.

Liderança sem coerência é repudiada, pregação sem ideal é um engodo, ordem sem nobreza amesquinha-se em Governos que desprezam o seu povo para servir a grupos, cai inapelavelmente no descrédito popular.

Já se disse que quando se emprega a força, é difícil construir até um engenho, quanto mais um País, e que as desculpas para um regime anti-democrático estão esgotadas pela repulsa do Brasil de ser tutelado.

Ao suicídio dá razão, na técnica do estado absoluto quando em contato com o povo, adula-o, despreza-o, justa-

mente por temê-lo, e é bem por isso, que a possessividade autocrática secciona interminantemente os caminhos da democracia.

Na dogmatização do estado brasileiro atual, a força é sua mística, enquanto a liberdade e o direito se aquebram açoiados pelo terror oficial.

Com a autoridade sobeja e fina ironia, Winston Churchill rechaça os pregoeiros da nova ordem, exclamando: "A democracia é a pior de todas as formas imagináveis de Governo, com exceção de todas as demais, que já se experimentaram. Não de ser permanentes os embates com o obscurantismo para que não se aprofunde a desilusão nacional, vendo desbaratar um futuro conquistado a golpes de bravura e de trabalho.

Adverte sabiamente Jacques Maritain, que será necessária toda a história humana para levar até o fim a conquista da liberdade. A força das ditaduras são as armas. A força da democracia é a liberdade. Uma brutalizando a vida; outra libertando o homem; uma aproximando-o das feras; a outra aproximando-o de Deus.

É que as ditaduras precisam ter forças ao lado de si, enquanto as democracias têm a força dentro de si.

Condenamos assim, todo tipo de ditadura simplesmente porque professamos o credo democrático.

A distância que medeia os extremismos não é grande. Às vezes, é uma cortina de ferro, outras, uma cortina de bambu ou então um muro ou uma muralha antiga.

É que os extremos, por vezes se tocam, se alimentam, se estimulam ou se sustentam.

A repressão fixa excitada com o terrorismo que as estimula, enquanto o terrorismo se alimenta da repressão que o valoriza.

O Chile de Pinochet, repudiado pelos democratas do mundo, jamais deixou de receber um auxílio externo da China Comunista. O essencial para eles é a manutenção do poder.

Em cada trabalhador esclarecido e que lhes faça oposição, vêem um inimigo do regime. Em cada jovem que não esteja no Partido, enxergam um subversivo; em cada movimento de opinião, constatações emanações impatrióticas ou estímulo à guerra revolucionária.

Falam dos novos conceitos de liberdade, como dos novos conceitos de democracia, o que é uma forma de negar a liberdade e a democracia.

A oposição brasileira tem sido alvo da intolerância e do radicalismo, é cassada, é punida, é banida porque acreditam na democracia.

Sacrificam-na, por defender a democracia, e, numa bela coerência de atitudes e princípios, preferem a democracia sem participar do poder, a participar de um poder anti-democrático.

Entende a Oposição que o valor básico da vida social e política é a pessoa humana e não o Estado, é o povo o fundamento, o sujeito e o fim de todas as instituições e de todas as medidas econômicas, sociais e políticas.

Quando reivindica pão e respeito à dignidade humana, o faz com um apelo aos valores permanentes da sociedade, que também se encontram nos Governos. À sua vez, a liberdade é um bem inalienável. As razões de Estado não podem substituí-la sem nosso protesto até porque ceder a liberdade é o pior do que perdê-la.

O Governo trucidou os princípios democráticos, numa tragédia política abismal e altera a Constituição na sua essência.

Nós juramos que todo poder emanaria do povo e em seu nome seria exercido. Vemos contudo, que o poder tem emanado de um homem, com a importância olímpica de Zeus.

É a força sobranceira, subjugando a vontade popular. É o arrivismo triunfante, martirizando um povo que não tem pão, nem liberdade, nem horizontes políticos de vida. Há, em ver-

dade, uma frustração nacional. A desesperança assaltou mentes e corações e o sonho de um Brasil livre está se transformando num grande pesadelo.

As multidões estão frustradas porque banidas de participar. Mas o povo só transitoriamente deixou de ser fonte do poder. O malogro político e econômico desses treze anos não pode perdurar.

Não cremos nas usurpações da força, mas nos desígnios de Deus e na grandeza do povo. Por isso acreditamos, para breve, numa constituinte democrática, para a restauração da dignidade jurídica do País.

A Oposição conduz em suas mãos as bandeiras do povo. As frustrações populares são frustrações suas; os seus clamores, ela representa. Honramo-nos por encarnar a Nação golpeada de provocações. Nós nos imporemos pelo convencimento, não faremos como os que dilaceram para impor-se. Carregamos a fé das minorias abraâmicas, de que fala-nos o Pastor. Defenderemos os valores políticos e morais do povo, retratados nos princípios eternos da liberdade e da democracia, não havendo privilégio maior do que o de falar à Nação livre.

O MDB é hoje um grande partido. As provações o têm retemperado. O sofrimento, deu-lhe unidade, a determinação de luta, deu-lhe mais grandeza.

Vivemos talvez, o melhor instante da nossa vida partidária, pelo devotado idealismo dos nossos companheiros a serviço do Brasil.

Temos programa, temos princípios, temos povo e temos fé. Por isso, a nossa resistência democrática, com a graça de Deus, será a dos cristãos das catacumbas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se hoje fosse permitido a um brasileiro, a um homem que por décadas, teve vida pública, que passou por esta Assembléia, que passou por esta tribuna, se lhe fosse dada a oportunidade de falar à Nação, seria interessante saber o que pensa hoje Alencar Furtado.

Advogado, Alencar Furtado, tem inclusive, um irmão, Juiz de Direito, homem de formação cultural e política notável, se indagaria se na evolução da vida, se na evolução das normas jurídicas, poderia ocorrer em sua Pátria, no Brasil, um país civilizado, a aberração que a História registra hoje: se há dois homens que praticaram um só crime, é possível haver sentenças diversas?

Ulisses Guimarães e Alencar Furtado, que se sentaram no mesmo canal de televisão, para falar à Nação brasileira, tiveram sentenças diferentes.

A sentença de Alencar Furtado, proferida pela força do arbítrio de um só homem, e a sentença de Ulisses Guimarães, proferida por um Tribunal regular, com direito à defesa, assegurando os postulados básicos de uma civilização humana, assegurando ao acusado o inalienável direito à defesa. E Ulisses foi absolvido.

A História do Brasil registra, talvez, a maior contradição desta Revolução que teimosamente persiste no arbítrio, que teimosamente não quer ceder à força, ao direito; que teimosamente quer persistir indefinidamente.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, achei de que nesta oportunidade, este registro histórico havia de ser feito, para que se ao menos a voz oficial não reconhece a justiça, Alencar Furtado, de nossa feita a reconhecemos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, por indicação de S. Exa. o Sr. Deputado Líder, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho falando pela liderança, em nome de nossa bancada, definir e conclusivamente, deixar esclarecida e esclarecida a questão de ontem posta nesta Casa pelo eminente e honrado Líder da Arena que aqui tem assento.

S. Exa., ao final dos debates ontem, marcou dia e hora para visita que tomou a iniciativa de promover do Exmo. Sr. Secretário das Finanças e da Diretoria do Banco do Estado do Paraná.

Queríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando os fatos levantados aqui nesta Casa com relação a um e a outro episódio e a outros mais, que se não vieram à tona neste plenário, foram comentados, discutidos e analisados nos gabinetes a nível de reunião da bancada, e, enfim, fatos que o Paraná conheceu e que o Paraná conhece, queríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar claro o que ocorre com a instituição oficial do Estado.

Como preliminar, o MDB, e devo dizer isto, o MDB sempre demonstrou lhanza, a elegância com que recebeu e com que tratou as autoridades constituídas neste Estado. Não pode, quem quer que seja, estigmatizar a nossa bancada e o nosso Partido, de que tenhamos, em uma única ocasião, ou em qualquer momento, faltado com os deveres de ética, com os deveres de cavalheirismo, no relacionamento entre o nosso Partido, a nossa bancada, e as autoridades do Poder Executivo.

Com o mesmo espírito, os requerimentos convocando algumas autoridades, aliás, com textos apenas trazendo fatos comentados, fatos sabidos, com textos até mesmo inofensivos, foram postos à consideração da Casa. E, repetidamente, a bancada governista tem rejeitado, tem repudiado as intervenções do MDB neste campo. Maioria, com assento na Casa, não nos têm permitido o cumprimento de um dispositivo constitucional. De um lado, e como sempre, repetidamente a justificativa de que a atuação emedebista convocando Secretários de Estado, ou autoridades do Executivo, levam o timbre da imposição. Parece-nos contrário o entendimento. Deveria e deve, e leva o timbre de matéria constitucional. Não exorbitamos em nenhum momento sequer, não exorbitamos das prerrogativas que o mandato nos confere, não exorbitamos das prerrogativas constitucionais de que estamos assim investidos.

Imposição assim, do outro lado. Imposição assim, por parte da maioria que não deseja e não tem permitido o jogo da liberdade aqui nesta Casa. Porque não permite o cumprimento de regras constitucionais, porque não permite o pleno exercício da Constituição. Faz força e tem feito força, para que neste campo também a liberdade não seja exercida, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Portanto, se se fala em imposição, é preciso que se devolva e com a maior carga de razões, se dizer que, imposição existe, por parte da maioria, que nega e que tem negado o exercício no cumprimento da Constituição.

Tem sido, de outro lado, pronto, o eminente Líder do Governo, em oferecer às autoridades convocadas, para que aqui venham, em caráter informal, e de visita à Assembléia Legislativa.

Tenho, e temos para nós, que esta Casa é do povo, está aberta e com maiores razões, está aberta ao Poder Executivo e aos homens que lá exercem as suas funções, para, no momento que desejarem e no instante que quiserem, aqui venham, aqui visitem e aqui conversem; de outro lado, creio, as portas lá também estejam abertas para quem quer que seja desta Casa, os visite, para que haja diálogo, haja conversa.

O que não se pode aceitar e o que não se aceita, é no empecilho do exercício da regra constitucional. É isto que não estamos aceitando. Transformar este dispositivo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Enéas Faria, gostaria que V. Exa. analisasse comigo o fundamento do dispositivo constitucional que permite que a maioria do Parlamento, quer Câmara Federal, quer Senado Federal, quer Congresso Nacional, ou que as Assembléias Estaduais, possam, através da maioria, repito, dos seus membros, convocar autoridades, para que venham esclarecer, debater, depor, explicar, elucidar

atos relacionados à vida administrativa.

É evidente que o fundamento deste dispositivo seria uma eventual recalcitrância da autoridade, em comparecer ao Parlamento para que os representantes do povo pudessem questioná-los, sabatiná-los.

Ora. Se tais autoridades se dispõem "sponte sua" a comparecer, é evidente que o resultado é exatamente igual.

V. Exa. insiste em repetir que a bancada da Arena tem impedido a convocação de autoridades nesta Casa, e eu repito, a V. Exa., que, a mim me parece que é muito mais lógico que os Srs. membros da Oposição estejam interessados em colher, das autoridades presentes, as informações que desejarem. Parece-me mera processualística, mera formalidade a maneira pela que eles compareçam à Assembléia. Não faz sentido discutir o acidental e o acessório, e deixar de lado o essencial e o fundamental. O que me parece é que interessaria, ao competente Deputado Enéas Faria, como aos demais membros da bancada do MDB, ter, de corpo presente, tal e qual autoridade, para que pudessem obter todos os esclarecimentos que desejassem.

Se eles aqui comparecem pela via compulsória, ou pela via voluntária, este fato me parece da menor importância, nobre Deputado. Ou V. Exa. está interessado em convocar, ou, indagar da autoridade?

A impressão que nos dá a sua intenção, é de que a sua preocupação não é ouvir a autoridade, a sua preocupação é a de que ele venha aqui, compulsoriamente.

E eu não vejo sentido nessa colocação, nobre Deputado, data vênha. Eu disse e repito que é sempre desconfortante discordar de V. Exa. Mas, na realidade, me parece que a questão deve ser posta nesta colocação.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Luiz Roberto Soares, é sempre bom acompanhar o raciocínio de V. Exa. É um excitante exercício que nos leva, a cada momento . . .

O Sr. Luiz Roberto Soares — A recíproca é verdadeira.

O SR. ENÉAS FARIA — . . . na ciência que temos da sua cultura, da sua inteligência, nos leva e nos proporciona, cada vez mais, o alargamento dos nossos entendimentos e da nossa visão. Mas, me parece que devemos conceituar as coisas, já que V. Exa. volta e insiste na mesma tese. Assim como a Comissão Parlamentar de Inquérito, nobre Deputado, a convocação de autoridade do Executivo, desde há longos tempos, tem sido e é um instrumento da Oposição e da Minoria, porque não há razão e sentido e, até é estranhável, que uma bancada do Governo convoque alguém do Governo. Que uma bancada do Governo, instaure Comissão de Inquérito contra o Governo. É a válvula, é a garantia, é a possibilidade do exercício de sobrevivência da minoria, esses dois instrumentos - a CPI e a convocação. Por isso, nós estamos tentando exercê-la; com isso, nós estamos insistindo em mantê-la. E por isso não abrimos mão desses dois instrumentos, embora até, estranhavelmente, algumas vezes seja o próprio Governo, nesta Casa, que instaure CPI e quem pretenda convocar autoridades do Governo que sustenta e do Governo que tem afinidade. Embora, volto a dizer, seja instrumento da Minoria, até mesmo, para possibilitar a sobrevivência da Minoria.

Há diferença, eminente Deputado, entre a vinda via constitucional e não impositiva, como quer V. Exa. Há a via constitucional e a via informal, da visita, como quer declarar V. Exa.

E nós temos insistido nisso, nesta Casa, nas outras vezes em que, impedidos, aceitamos a fórmula proposta pela bancada da Maioria. Aqui vêm as autoridades, se propõem e têm feito, por horas a fio, exposição a respeito dos trabalhos, dos planos, das intenções, nos seccionando o tempo para um precioso diálogo, para um precioso debate, para preciosa e imprescindível indagação, o que nós não desejamos mais, é que isto ocorra.

Queremos e vamos exercer o direito que a Constituição

nos dá de usarmos esses dois instrumentos.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tão somente, lembra o eminente Deputado, que tem dois minutos para a conclusão do tempo.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu não poderei conceder o aparte a quem o havia solicitado, porque nesses dois minutos devo informar a S. Exa. o sr. Líder da Arena, como devo informar à Casa, a decisão que unanimemente adota a bancada do MDB — e não no caso concreto, específico da visita desse Secretário que V. Exa. trará à Casa, ou desses diretores de bancos que V. Exa. trará à Casa. Mas, como posição que levaremos da segunda-feira até o final do nosso mandato, — não aceitaremos esse tipo de relacionamento, por questões de tal gravidade estejam postas. Estaremos aqui quando a ética exigir; estaremos aqui para receber, para confraternizar com quem quer que seja. Mas, no momento em que questões graves, sérias, estiverem pendentes, e exigirem o trabalho, a fiscalização e a análise da Oposição, não participaremos, nem nessa segunda-feira, como daqui para frente, não aceitaremos essa fórmula que propõe V. Exa., de relacionamento.

Portanto, para que não haja deselegância, para que não haja a desagradável surpresa no dia de amanhã, saiba V. Exa. e saiba a Casa que, por decisão unânime de sua bancada, o MDB não comparecerá nessa segunda-feira à visita que V. Exa. promoverá, como também não comparecerá, em termos idênticos daqui para frente, em questões iguais.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para especificar que, é evidente e eu tenho certeza que também é o pensamento de nossa bancada, lamenta muito a decisão tomada pelo Partido de V. Exa. E, lamenta duplamente, porque se comparecesse o Partido da Oposição na próxima vinda do Sr. Secretário, e demais Diretores do Banco do Estado a esta Casa, eu tenho certeza que os Senhores vibrariam conosco ante a notícia que seria ali divulgada, de que o Banco do Estado do Paraná, em razão de uma série de procedimentos judiciais e extra-judiciais, está hoje garantido de todas as certezas e, presumo que, até segunda-feira mesmo, já esteja efetivada a cobrança de todo o seu crédito junto à Café, que foi a origem do requerimento convocatório de sua bancada.

Tenho certeza que V. Exa. partilharia conosco da alegria de saber que o Banco do Estado não perdeu um único tostão nesta operação.

(Tímpanos)

O SR. ENÉAS FARIA — Vou encerrar, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, nós, conscientemente, vamos nos privar de vibrar, como quer V. Exa., com as notícias esta e outras que por certo pode trazer o Secretário. Preferimos nós, do MDB e nós da Oposição, vibrar com o nosso povo humilde, sofrido e cerceado. E lá estaremos vibrando, no mesmo diapasão, com a nossa gente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Arena, se o seu Partido, a sua bancada usará dos 15 minutos reservados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Dispensado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes,

constantes do expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 128/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, ao Município de Teixeira Soares, terreno localizado no Quadro Urbano do Distrito de Angai, com área, limites, divisas e demais características, constantes de registro de imóvel da Comarca de Teixeira Soares. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 143/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 83/75, que altera o inciso III do Artigo 130 da Lei no. 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado). (Anexo o Projeto de Lei no. 47/77, que versa sobre a mesma matéria). — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 92/76, que denomina “AVELINO VIEIRA” a Rodovia que liga Wenceslau Braz - Tomazina - Pinhalão - Japira - Ibaiti e Lizímaco Costa. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 23/77, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta capital. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 61/77, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand”, (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 74/77, que declara de utilidade pública o “Movimento Para Libertação de Vidas — MOLIVI”, com sede e foro na cidade de Maringá. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 78/77, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor MAJOR FERNANDO FLORES, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao Estado. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 84/77, que declara de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a “Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil — APLUB”, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 105/77, que declara de utilidade pública a “Fundação Educacional Menonita”, com sede e foro nesta capital. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 122/77, que declara de utilidade pública a “Associação São Roque”, com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 120/77, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede nesta capital. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 124/77, Mensagem no. 107/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar os vencimentos dos cargos em Comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 127/77, que denomina “Professora Benedita Rosa Rezende”, a Unidade Escolar do Horto Florestal da cidade de Londrina. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 134/77, que declara de utilidade pública a Sociedade “SVERDI - Propagação e Cultura”, com sede na cidade de Ponta Grossa. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 136/77, que declara de utilidade pública a “Creche Lar Escola São...” com sede na cidade de Curitiba. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 137/77, que declara de utilidade pública o “Centro de Promoção Humana São Benedito - CEPRHUSB, com sede em Apucarana. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 138/77, que declara de utilidade pública o “Serviço e Obras Sociais SOS” com sede e foro na cidade de Apucarana. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 139/77, que declara de utilidade pública o “Lar Escola Retiro Feliz”, com sede e foro na cidade de Guarapuava. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 140/77, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá”, com sede e foro na cidade de Maringá. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 142/77, que institui normas disciplinadoras para declarar de utilidade pública, entidades constituídas no Estado do Paraná. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 312/77, que dispõe sobre as Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa e dá outras providências. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 113/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío Libanezas”, com sede e foro nesta capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 118/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélico, com sede na cidade de Irati. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Solicita que, depois de devidamente advertidos, os Srs. Deputados, o Sr. 1o. Secretário faça a chamada nominal para constatação de quorum.



(Faz soar os tímpanos) (É procedida a chamada nominal)  
Responderam a chamada nominal 43 Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 372/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que altera o artigo 1o. da Resolução no. 37/72, de 04/12/72. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 94/77, de autoria dos Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de FÊNIX, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e funcionamento em 1978 e dá outras providências. Pareceres Contrário da C.C.J. por maioria, Favorável da C.F., por unanimidade, e Contrário da C.I.P., por unanimidade. — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei no. 94/77, de autoria dos eminentes Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo, que visa a criação de uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, cuja justificativa diz o seguinte. (Lê justificativa)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, conheço bem aquela região. Em Fênix disputei eleições em 70 e 74. Tenho acompanhado o seu desenvolvimento. Há, hoje, diversificação de produção. Antigamente, predominava o café, mas aquela região com a produção do bicho da seda e do grande plantio de soja, está se desenvolvendo rapidamente.

Houve a época da hortelã, do trigo ainda agora se planta em grande quantidade.

Há necessidade do Paraná se preparar para que tenha a sua semente, entregando-a ao agricultor por um preço mais acessível, e oriente seus agricultores para que saibam preparar suas sementes, utilizar novas técnicas e, assim, possam ter maior produção.

Existe, ali, uma área de 100 alqueires de terra de propriedade do Governo, e que está atualmente só acarretando despesas, porque é preciso uma fiscalização constante. E se se construísse uma Escola Agrícola ali, iria beneficiar não só a cidade de Fênix, mas toda a Região do Vale do Ivaí: Barbosa Ferraz, Quinta do Sol, São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí. Com essa escola, automaticamente, poderia haver necessidade de aglutinação de técnicos para aqueles municípios, dando-se início a um novo campo experimental, fazendo com que as terras férteis daquele Vale produzissem mais, trazendo, em consequência, um barateamento nos produtos de consumo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se tomarmos providências para a instalação desta escola, para este campo experimental, o benefício não será só da região do Vale do Ivaí, mas de todo o Paraná, porque o resultado será satisfatório.

Disse ontem que lamento a maneira como foi encaminhado o projeto de lei, quando é iniciativa do Poder Executivo. Tenho minhas dúvidas de que se possa transformar em lei este projeto apresentado. Mas, se não receber a sanção governamental alegando sua inconstitucionalidade, nós procuraremos junto ao povo da região do Vale do Ivaí, com dados estatísticos, em comissão, levarmos ao conhecimento do Sr. Governador da necessidade de aproveitamento daquela importante área na região do Vale do Ivaí.

E tenho certeza que, feito este estudo, para aperfeiçoamento aos nossos agricultores, só haverá maior divulgação,

maior incentivo, maior orientação. E ainda a preservação das ruínas da Vila Rica, que se encontram nesta área inexplorada, dada a dificuldade de comunicação até há pouco tempo. Mas podemos dizer com alegria que aquela região hoje, passará a ser também uma região turística, porque haverá facilidade de acesso com a construção da estrada, já em andamento: Engenheiro Beltrão - Quinta do Sol - Quinta do Sol a Fênix, Fênix a São João do Ivaí, São João do Ivaí a Placa Luar.

E ainda o entroncamento da ponte do Rio Ivaí, vindo a São Pedro do Ivaí, Bonsucesso, Jandaia do Sul, ligando ainda São José, Marumbi, Caloré, Borrazópolis, Porto Ubá. Esta região terá o atendimento tão esperado e tão merecido. Tenho certeza que com mais a construção desta escola, os resultados serão dos melhores possíveis, não só, como já disse, para a região do Vale do Ivaí, mas para todo o Estado do Paraná.

Na Comissão de Justiça, quando recebemos um projeto de lei que deveria ter a iniciativa governamental, geralmente, respeitando os termos da nossa Constituição, como bem argumenta o Relator desta matéria, nós temos emitido parecer contrário.

Mas neste projeto, contrariando um costume, vamos votar favorável a este projeto, embora tenhamos nossas dúvidas de que seja transformado em lei. Mas é uma iniciativa que poderemos complementar para que aquela região receba aquilo que espera há muito tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o projeto dos Srs. Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo. Projeto de Lei no. 94/77. — APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 115/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, o artigo 138 da Lei no. 7164, de 16/11/70. Pareceres Contrários da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade, e Favorável da C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência.

Sobre este projeto, há uma emenda de Plenário, oferecida pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, devidamente apoiada.

A Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei no. 115/77, dispõe:

“Art. 1o. — O artigo 138 da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

“§ 7o. — Para os efeitos deste artigo, será assegurado ao servidor público admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1969, o direito de computar este tempo, com o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total deste tempo, por 37, e imediata divisão por 30, aduzindo para as mulheres, tal fator de cálculo para 30, e 25, respectivamente, bem como, obedecida a devida proporcionalidade nos casos da matéria especial prevista por lei”.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Em discussão o Projeto de Lei no. 115/77, e a emenda.

Em votação a emenda substitutiva, que, se aprovada, altera substancialmente a redação do projeto original.

Em votação a Emenda Substitutiva do Projeto de Lei no. 115/77.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — — (Pela ordem) Sr. Presidente, desejo encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Confesso não haver lido ainda a emenda substitutiva, que é subscrita por diversos Srs. Deputados, e encabeçada pelos

nobres Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo.

Não a li, porque ouvi atentamente o pronunciamento do nobre Deputado Fidelcino no Grande Expediente, a respeito da matéria, como sempre alicerçado em conceitos que me convenceram da utilidade da emenda substitutiva e da prevalência que ela deve ter regimentalmente.

Sobre o projeto original que é de minha autoria, na realidade houve falha, falha de redação no projeto original de nossa autoria, e inclusive no artigo 2o., por lapso da pessoa que datilografou o projeto, há uma falha gritante:

"Esta lei entrará em vigor revogadas as disposições em contrário", está incompleta a redação do art. 2o, e, na emenda substitutiva está perfeitamente legalizado o artigo 2o.

Mas no artigo 1o. a redação original é a seguinte:

"Para os efeitos dos incisos I e II deste artigo, será assegurado ao servidor público admitido antes de 08 de maio de 1967, o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total deste tempo, por 35, e imediata divisão por 30, aduzindo, para as mulheres, tal fator de cálculo para 30 e 25 respectivamente".

A emenda substitutiva encabeçada pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, diz o seguinte:

"Para os efeitos deste artigo, será assegurado ao servidor público admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar este tempo com acréscimo do resultado, etc, etc.

Bem, a apresentação da emenda substitutiva é, foi originada pelo fato, segundo justificativa do autor, ele diz o seguinte: "Apresentamos a emenda substitutiva em tela... (até)... bem como por um lapso, etc., etc."

Enfim, o objetivo desta emenda tem por finalidade apenas, aprimorar o projeto inicial com introdução em seu texto, da prorrogação da data... (lendo até)... conforme consta do projeto original".

Perfeito, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Eu só tenho a agradecer, em nome do funcionalismo, a providência saneadora do Deputado Fidelcino Tolentino e dizer à Casa que, embora este projeto de lei, tanto o de minha autoria, como a emenda substitutiva, a emenda não, mas o projeto de autoria e, por consequência, por extensão à emenda, sofreu parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça. Parecer com o qual não nos conformamos e foi o entendimento da maioria da Casa que derrubou o parecer da CCJ, ontem, porque não vemos inconstitucionalidade no nosso projeto. Este, trata-se apenas de fazer justiça, de restabelecer um direito que não poderia ter sido postergado e esquecido, quando da promulgação da Constituição Brasileira de 1967. Nós estamos restabelecendo um direito do funcionário que foi admitido ao serviço público, sob uma circunstância e sob uma condição de aposentadoria de 30 anos para o homem e 25 para a mulher.

Posteriormente, a Constituição de 67, erroneamente, alongou este prazo de aposentadoria para 35 anos - serviço - ao homem; e 30 à mulher. Diversos Estados da União já consertaram a anomalia, já restabeleceram o direito e corrigiram a injustiça, fazendo, dando ao funcionalismo, aquilo que ele merece após uma vida dedicada à causa pública.

Não se trata de emenda, de projeto de objetivo eleito-reiro, porque não fazemos política nesta área, mas, torna-se, trata-se sim, de um projeto humano; e agora, melhorado o nosso projeto, pela emenda substitutiva de autoria de diversos Srs. Deputados, encabeçada pelos nobres Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo.

Nestas condições, Sr. Presidente, eu faço, mais uma vez, apelo à Casa. para que se porte de maneira digna, correta, como o fez na sessão de ontem, votando por unanimidade, o substitutivo de autoria dos nobres Deputados que a subscreveram.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei no. 115/77.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero destacar a elegância com que o Sr. Deputado Erondy Silvério houve por bem acolher esta modesta contribuição, no aperfeiçoamento dos objetivos que pretendem disciplinar este projeto.

Por outro lado, trata-se de normatizar ou de restabelecer, ou de reconhecer o direito adquirido do funcionalismo público que já o era na vigência da Constituição Castelo Branco, em 1967. E, posteriormente, o eminente Senador Accioly Filho, ofereceu uma emenda e que foi aprovada, para dilatar este prazo de exercício do direito até março de 68, e que por força das razões circunstanciais, muitos deles não fizeram valer esse direito constitucional. E é de justiça que as Casas Legislativas, a exemplo do Estado de São Paulo, e a exemplo de Minas Gerais, restabeleça e resguarde o direito do funcionalismo público, que é uma classe que está sempre na expectativa do Poder Legislativo, para abroquelar os seus interesses que são de justiça.

E é exatamente com esse espírito que nós oferecemos essa emenda e que a Casa já deu mostra da sua intenção de consagrar esse preceito que se pretende disciplinar. E é esse o objetivo que eu, juntamente com o Deputado Valter Pietrângelo oferecemos esta contribuição para o aperfeiçoamento desta dúvida, quando nós já havíamos formulado e V. Exa., o Sr. Presidente, sabe disto, pelas gestões, que inclusive em conjunto, fizemos ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, há dois anos atrás, e que até agora não houve pronunciamento nesse sentido.

E oferecemos já, a esta Casa, e está em via de tramitação uma emenda constitucional, que estabelecerá ou que pretende disciplinar esta pretensão também através das disposições transitórias da Constituição do Estado. Já era consagrado este preceito na Constituição de 67, do Estado do Paraná, no seu artigo 143 e parágrafos.

Portanto, trata-se de um projeto da mais alta justiça e o que se pretende fazer é legislar com espírito público, inclusive, porque conhecemos até o pensamento de V. Exa., daí pretendemos que esta Casa novamente aprove em 2a. discussão, este projeto, para que vá à sanção do Sr. Governador do Estado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência volta a colocar em votação o Projeto de Lei no. 115/77, na forma da Emenda Substitutiva apresentada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, devidamente apoiada. Em votação a emenda substitutiva. — APROVADA.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Anotado o voto contrário de V. Exa., Sr. Deputado.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição no. 537/77, da Comissão Especial de Reforma à Constituição, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, dando nova redação aos artigos que especifica, e inclui no Título V da referida Constituição, os artigos nos. 157, 158, 159, 169 e 161. Parecer Favorável da Comissão Especial, por maioria, com Emendas. Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir a matéria concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto. Todavia, a Presidência permite-se ao direito de comunicar encontrarem-se sobre a mesa, dois requerimentos. Um da lavra do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, líder da Arena, vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

Para efeitos de votação, requeiro sejam desconsiderados os números 158, 159, 160 e 161 do Título V da Proposição 537/77.

Resulta claro do exame da proposição, que se pretende acrescentar apenas um único artigo (157 e §) ao título V da Constituição vigente.

O que nela consta como sendo arts. 158, 159, 160 e 161 é resultado de erro datilográfico.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deixa de colocar em votação este requerimento, por considerá-lo regimental, acolhe-o e manda que se faça a correção.

Defere portanto, o requerido pelo Sr. Deputado Líder da ARENA.

Sobre a Mesa requerimento do Deputado Nilso Sguarezi. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no artigo 159, § 20 do Regimento Interno, requer que o Projeto de Emenda à Constituição, de autoria do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, após consulta ao Plenário, seja processado pela votação nominal.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1977.”

Em votação o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). Sr. Presidente.

Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e solicita do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, hoje investido na condição de Primeiro Secretário, que faça a chamada nominal, para verificação de “quorum”.

Responderam a chamada 45 Srs. Deputados. Continua em discussão a Proposição número 537/77.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra para discutir a Proposição número 537/77. Trata-se no caso de proposta de emendas à Constituição do Estado do Paraná, visando adaptá-la às novas normas constitucionais federais, emergentes de diversas emendas constitucionais, principalmente as de número 7 e 8, de abril deste ano.

Não poderia, nesta oportunidade, deixar de fixar a minha posição a propósito de adaptação de normas federais, na Constituição Estadual.

Dispõe a Constituição Federal, no seu artigo 200, que as disposições constantes desta Constituição, fiquem incorporadas no que coíbe, ao Direito Constitucional legislado dos Estados.

Assim, deve ser entendido, de logo, que esse preceito não está determinando uma adaptação de normas da Constituição Federal, por parte das Constituições Estaduais.

Trata-se, a rigor, de um comando no sentido de que as Cartas estaduais realizem verdadeira cópia no que couber, das normas da Constituição Federal.

Melhor interpretando o texto do artigo 200, diz Pontes de Miranda, que com a Emenda Constitucional número 1, de 1969, a incorporação dos princípios constitucionais às Constituições Estaduais, é automática, sem dependência de qualquer prazo advertindo ao mesmo tempo, que se alguma Constituição Estadual insere no seu texto regra jurídica que se considerou adaptação do que se estabelece na Constituição de 1967, mas erradamente, e erro é, aí, infração do Art. 200 e da regra jurídica constitucional a que se pretendeu atender”.

Essa regra é, desde 1967, inovação no direito constitucional brasileiro. No direito anterior, as Constituições Federais que se sucederam a de 1891, esta inclusive, sempre inscre-

veram norma destinada a assegurar um mínimo de unidade na estruturação dos Estados-membros, a fim de impedir a dissociação da Federação brasileira. A Constituição de 1891, por exemplo, estabelecia no Art. 63 que “cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União”. Tais princípios, todavia, não eram enunciados imediatamente, e só foram delineados pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926, quando tratou da intervenção federal. (Art. 6º, II) “para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes princípios constitucionais: a) a forma republicana; b) o regime representativo; c) o governo presidencial; d) a independência e harmonia dos Poderes; e) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade dos funcionários; f) a autonomia dos municípios; g) a capacidade para ser eleitor ou elegível nos termos da Constituição; h) um regime eleitoral que permita a representação das minorias; i) a inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irredutibilidade dos seus vencimentos; j) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição; k) a não reeleição dos Presidentes e Governadores; l) a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la”. Identicamente, a Constituição de 1934 repetiu tal regra no Art. 7º, a qual também é encontrada na Constituição de 1937 (Art. 9º, 4) e na de 1946 (Art. 7º, VII), sendo comum em toda a sanção de intervenção federal nos casos de desobedecimento de qualquer um dos princípios na estruturação da unidade estadual. O que se logobriga é que essas regras constantes das Cartas de 1891, 1934, 1937 e 1946, representam verdadeira limitação ao poder constituinte dos Estados, com o objetivo de unidade antes declinado, e tão só pelos princípios constitucionais consagrados pela União. A par disso, como assinala Manoel Gonçalves Ferreira Filho, “na tradição de nosso direito, firmou-se a idéia de que, ao promulgar nova Constituição Federal, se deveria dar um prazo para que os Estados-membros adaptassem as suas às novas instituições federais, ou estabelecessem nova Constituição”. Daí porque a norma contida no Art. 11, § 9º, do Ato das Disposições Transitórias à Constituição de 1946, estabelecendo que “o Estado que, até quatro meses após a instalação de sua Assembléia, não houver decretado a Constituição será submetido, por deliberação do Congresso Nacional, a de um dos outros que parecer mais conveniente, até que a reforme pelo processo nela determinado”. Já a Constituição de 1967, que também manteve a imposição aos Estados quanto ao respeito a determinados princípios sob pena de intervenção federal (Art. 13, I a VII, e §§ 1º e 2º, combinado com o Art. 10, VII), veio a evoluir no tratamento dispensado à matéria, pois, no Art. 188, tratou pela primeira vez da incorporação automática, às cartas estaduais, de normas da Constituição Federal. O aludido artigo tinha a seguinte redação: “os Estados reformarão suas Constituições dentro de sessenta dias, para adaptá-las, no que couber, a normas desta Constituição, as quais, findo esse prazo, considerar-se-ão incorporadas automaticamente às cartas estaduais”. Com a Emenda Constitucional número 1 à Constituição de 1967 retirou-se o prazo de sessenta dias, para o efeito de reforma e adaptação das constituições estaduais, mas o novo texto com que foi redigida a norma, agora localizada no Art. 200, é peremptório ao afirmar a imediata incorporação, ao direito Constitucional positivo dos Estados, das disposições da Carta Federal.

Destarte, pode-se afirmar que, no que couber, as novas normas constitucionais decorrentes das Emendas números 7 e 8 — reforma judiciária e reforma política — já estão incorporadas desde as respectivas promulgações, em 13 e 14 de abril deste ano, como se direito escrito fossem, à Constituição do Estado do Paraná, como nos demais Estados-membros da federação brasileira.

É portanto, ociosa qualquer reforma na Constituição Esta-

dual, com vistas a adaptá-la às novas regras políticas e às que se referem ao Poder Judiciário estadual, especialmente.

No entanto, nada está a impedir que o legislador constituinte estadual, utilizando o poder de emenda, promova a recepção, no que couber, dos preceitos recém revelados pela Constituição Federal, no texto constitucional do Estado.

Lançando-se a essa empreitada, deve o legislador constituinte estadual porém ter em linha de conta que: a) o objetivo da recepção é manter a sistemática e a organicidade da Constituição Estadual; b) o limite dessa recepção é definido no Art. 200 da Constituição Federal, pelas expressões "onde couber".

Evidentemente que é desnecessário tratar, a fundo, da questão referente ao objetivo da recepção, sendo bastante lembrar quanto a isso que o escopo fundamental da reforma da Constituição de 1946 era exatamente a de entregar ao País um texto unitário da Carta Magna. Tanto é verdade, que o projeto de Constituição enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente Castelo Branco, em 12 de dezembro de 1966, nada mais era do que uma proposta de consolidação de direito constitucional federal legislado — Emendas Constitucionais promulgadas, Atos Institucionais e Atos Complementares. E desse projeto, cujo esforço do Congresso Nacional para aprimorá-lo foi digno de registro como depõe Afonso Arinos, resultou a perfeita organicidade da Constituição de 1967.

Assim, o cerne da questão se localiza no limite da recepção.

A capacidade de auto-organização dos Estados consagrada no "caput" do Art. 13 da Constituição Federal, tem a sua concretização fundada, basicamente, na adoção de Constituição própria e de competência normativa. Aqui, então, é que tem relevância a questão concernente aos limites da constituinte estadual.

Segundo José Afonso da Silva, "há graves discussões doutrinárias a respeito da natureza do poder constituinte estadual, considerado PODER CONSTITUINTE DECORRENTE. Uns negam-lhe verdadeiro caráter constituinte, porque é demasiadamente limitado, e que não se compadece com o conceito de poder constituinte, que, em princípio, se tem por juridicamente ilimitado. Outros entendem tratar-se de constituinte de segundo grau, subordinado, secundário e condicionado". Por sua vez, e já citado Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em outra obra, ao tratar da mesma matéria, define poder constituinte decorrente como "aquele que, decorrendo do originário, não se destina a rever sua obra, mas a institucionalizar coletividades, com caráter de Estados, que a Constituição preveja", afirmando que, "é ele, pois, o Poder Constituinte dos Estados de uma Federação".

Para ambos, o limite para a atuação deste chamado poder constituinte decorrente, no que diz com a auto-organização dos Estados, está expressamente cravada em cada um dos princípios constantes do elenco do Art. 13, da Constituição Federal. É o próprio Manoel Gonçalves Ferreira Filho que assevera: "Parece por isso que o campo em que a incorporação se dá, e se dá automaticamente, é aquele contido pelo Art. 13. De fato, este não tem, aparentemente, sanção prevista expressa. Não tem, segundo parece, essa sanção, exatamente porque essas regras não precisam ser adaptadas para pertencer ao direito constitucional dos Estados, mas dele fazem parte por decisões da Constituição Federal".

Num primeiro exame, está, pois, perfeitamente nítido o limite da atuação do poder constituinte estadual se pretender realizar a recepção de direito federal. Mais explicitamente, a sua tarefa deve ficar espartilhada pelos denominados princípios federais extensíveis relacionados nos incisos II a IX, do Art. 13, da Constituição Federal, a saber: a forma de investidura nos cargos eletivos; o processo legislativo; a elaboração do orçamento, bem como a fiscalização orçamentária e a financei-

ra, inclusive, a da aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos Municípios; a proibição de pagar, a qualquer título, a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios e da ajuda de custo atribuídos em lei aos deputados federais, bem como remunerar mais de oito sessões extraordinárias mensais; a emissão de títulos de dívida pública, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal; a aplicação aos deputados estaduais, no que couber, do disposto no Art. 35 e parágrafos, da Constituição Federal; a aplicação, no que couber, de disposto nos itens I a III do Art. 114, também da Carta Federal, aos membros dos Tribunais de Contas, não podendo o seu número ser superior a sete.

Contudo, não se deve olvidar que, precedentemente, a Constituição Federal já veio a extremar o legislador constituinte estadual, punindo inclusive a fuga ao balisamento que impõe com a intervenção do Estado. Trata-se da exigência compulsória inscrita no inciso VII, do Art. 10, que estabelece a observância dos seguintes princípios na organização dos Estados-membros: a) forma republicana representativa; b) temporiedade dos mandatos eletivos cuja duração não excederá a dos mandatos federais correspondentes; c) independência e harmonia dos Poderes; d) garantias do Poder Judiciário; e) autonomia municipal; f) prestação de contas da administração; e g) proibição ao deputado estadual da prática de ato ou de exercício de cargo, função, ou emprego mencionado nos itens I e II do Art. 34, salvo a função de Secretário de Estado.

Porém, como no "caput" do Art. 13, a norma ali contida se refere a outros princípios estabelecidos na Constituição Federal, é lícito supor que a constituinte estadual, se cuidar da recepção em tema da auto-organização do Estado, esteja à vontade para pesquisar as demais regras que, por um lado, são imprescindíveis para estruturar os poderes e seus segmentos e dar conteúdo à normatividade da unidade federativa, e, de outro, a elas igualmente deve submissão absoluta. Essa faculdade que se vislumbra no aludido mandamento constitucional, entretanto, também tem limitado o seu exercício, que é reguado, com estreiteza, pelo § 1º do mesmo Art. 13, segundo o qual "Aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados" pela Constituição Federal.

Por esse texto, reservam-se aos Estados-membros as competências que lhes não sejam negadas explícita ou implicitamente. Em última análise, cabem-lhe competências reservadas ou remanescentes... ou seja as que sobram na enumeração feita em favor da União e das indicações correspondentes aos municípios". (José Afonso da Silva).

E o painel onde se inserem essas competências reservadas ou remanescentes se restringe à seguinte classificação: a) competência econômico-social; b) competência administrativa; c) competência financeira; d) competência legislativa.

Vê-se, então que o limite que circunscreve a constituinte estadual é rígido — na medida em que impõe regras inflexíveis, aos quais, ademais, não serão sequer objeto de adaptação, mas deverão ser necessariamente copiadas "ipsis literis"; mas, também chega a ser elástica — quando autoriza, malgrado a doutrinária reservada que se observa no § 1º, do Art. 13, a busca dos outros princípios distribuídos na Constituição Federal, para o Estado, aí sim mediante adaptação, no que couber, obter os parâmetros de sua auto-organização.

De qualquer forma, tanto um quanto noutro caso, o processo legislativo de adaptação representa uma atividade simplesmente formalística, porque se resume em mera cópia do modelo federal do que não pode discrepar ou em cuidadosa e perfeita recepção de textos quando isto couber, e, na verdade, não será mais do que uma consolidação do direito constitucional positivo do Estado.

O que importa, todavia, é que as normas da Constituição Federal já estão incorporadas à Constituição do Estado, indepen-

dentemente da ação ou até omissão da constituinte estadual, nos termos do Art. 200 da Lei Fundamental do País.

Porisso, é desarrazoado e até inócuo qualquer membro da Assembléia Legislativa atrever-se a votar contra eventual emenda que vise à adaptação, no que couber, no texto da Constituição Estadual, das normas que passaram a ter vigência na Constituição Federal por força das Emendas 7 e 8. Claro que o voto contrário é admissível na ocorrência, por exemplo, dos excessos de adaptação a que se refere Raymundo Faora, que lembra que "o legislador constituinte estadual somente poderia adaptar a carta local ao texto federal, de acordo com os cânones previstos na Lei Maior da União.

Afora essa hipótese, só os erros e omissões contidos na redação da norma estadual decalcada da matriz federal, dariam ensejo à validade do voto contrário."

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a fazer um cotejo das Emendas Constitucionais propostas pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares e a origem delas na Constituição Federal.

Assim:

1. — A proposta relativa ao Artigo 11 e o seu parágrafo 1º, se estriba na Emenda Constitucional número 3.

2. — A proposta referente ao inciso V do Artigo 16 se funda na alínea d), do parágrafo único, do Artigo 30, da Constituição de 1969.

3. — A proposta relativa ao § 2º do Artigo 20 é decorrência da nova redação dada ao inciso V, do Artigo 26, da Carta Estadual.

4. — A proposta pertinente ao acréscimo de mais um inciso ao Artigo 22, se funda na alínea a), do § 2º, do Artigo 13, nos termos da redação dada pela Emenda número 8.

5. — A proposta relativa à nova redação para o Artigo 24 se estriba no Artigo 48, da Constituição Federal, com o novo texto decorrente da Emenda número 8.

6. — A proposta referente à nova redação do § 4º, do Artigo 41, decorre das dúvidas suscitadas na interpretação do atual texto de igual redação. Segundo o parecer, a emenda apresentada pretende clarificar, definitivamente, o problema da nomeação dos auditores do Tribunal de Contas do Estado, conferindo essa atribuição, exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo.

Neste passo, data vênha, discordo da proposta e, para tanto, me louvo em alentado trabalho do ilustre Professor René Dotti, em mandado de segurança impetrado em favor do auditor do Tribunal de Contas (que faço por incluir neste pronunciamento) através do qual ele demonstra, à sociedade, que não há diferença funcional alguma entre o Auditor e o Conselheiro do Tribunal de Contas. Daí porque, no meu entendimento, neste sentido, me parece que a proposta não atende a uma realidade fática e até certo ponto, jurídica-constitucional. Veja-se por exemplo, que, com relação às exigências para nomeação do auditor, elas são as mesmas do Conselheiro. E, por outro lado, a própria Constituição atribui aos auditores as mesmas garantias, impedimentos e prerrogativas aos Conselheiros.

Não há portanto, no meu entender, nenhuma diferença entre o Conselheiro e o Auditor. Fico, em relação a isto, com a emenda apresentada pelo ilustre Deputado Muggiati Filho, através da qual pretende, aí sim, clarificando o texto, estabelecer a obrigatoriedade da aprovação pela Assembléia daquele que foi indicado para o cargo de auditor.

Inclusão neste pronunciamento do trabalho do professor René Dotti, em mandado de segurança impetrado em favor do auditor do Tribunal de Contas.

"Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

JOAQUIM ANTÔNIO AMAZONAS PENIDO MONTEIRO, brasileiro, casado, membro do Tribunal de Contas do Pa-

raná, pelo seu advogado adiante assinado e fundando-se nos artigos 153, § 21 da Constituição Federal; 1º e seguintes da Lei número 1533 de 31 de dezembro de 1951, vem, respeitosamente, impetrar

#### MANDADO DE SEGURANÇA

contra ato do Tribunal de Contas do Estado, lesivo de direito líquido e certo do requerente, conforme se expõe:

#### INTRODUÇÃO

1. — O peticionário foi nomeado Auditor do Tribunal Estadual de Contas, conforme o Decreto número 22.491 publicado no Diário Oficial de 18 de fevereiro de 1971. (Doc. 2)

2. — Em consequência do exercício efetivo do cargo e nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, o peticionário está integrando em CARÁTER PERMANENTE a composição da referida Corte, deliberando sobre todas as matérias afetas ao conhecimento do Tribunal.

3. — Com a reforma constitucional de 13 de abril de 1977 (emenda número 7), os membros dos Tribunais de Contas dos Estados passaram a ter o título de CONSELHEIROS (§ 2º do art. 193).

Esta norma é conjugada com os artigos 13, IX da Constituição Federal (fixando em sete o número máximo de membros dos Tribunais de Contas) e 1º e seguintes da lei federal número 5.570 de 28 de novembro de 1969 (dispondo sobre a adaptação dos Tribunais de Contas ao disposto nos arts. 13, IX e 200 da Constituição).

Os artigos 2º e 3º da mencionada Lei estabelecem:

"O Tribunal de Contas do Estado não poderá ter mais de 7 (sete) membros, sendo-lhe defeso funcionar enquanto seu número não for reduzido a esse limite."

"Quando o Tribunal de Contas do Estado tiver mais de 7 (sete) membros, serão postos em disponibilidade", com vencimentos, vantagens e garantias integrais, os membros mais recentemente empossados até reduzir o total ao limite estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo único — Ocorrendo vaga no Tribunal, os membros em disponibilidade reverterão à atividade em ordem de antiguidade na nomeação."

4. — Fundando-se nas citadas disposições, o impetrante dirigiu petição ao Tribunal de Contas, requerendo ao final:

"... a adoção das providências necessárias no sentido de se determinar a revisão do título do peticionário como membro deste Tribunal, para todos os efeitos legais e em especial para o fim de provimento ao cargo de Conselheiro, ocorrendo a vacância." (Doc. 3).

5. — Processado regularmente o pedido foi indeferido contra o voto do Conselheiro RAFAEL IATAURO que não o recebia, no entendimento de que o Tribunal seria órgão incompetente para decidir a matéria.

Tal decisão foi publicado no "Diário da Justiça" de 26 de julho deste ano (págs. 13 e ss.). (Doc. 4).

Para exaurir a via administrativa, o impetrante interpôs RECURSO DE REVISTA, enfatizando nos últimos parágrafos:

"22. — Por força das normas de Direito Federal a partir de 1969, não é mais possível admitir a existência da dualidade em corpos DELIBERATIVO E ESPECIAL, assim como foi feito através da Lei Estadual número 5.615/67, integrados, respectivamente, por Conselheiros e Auditores. Todos os MEMBROS do Tribunal têm a mesma situação de identidade funcional, razão pela qual tornou-se inexistente aquela distinção.

23. — Pelo exposto e reportando-se às razões já constantes do pedido inicial, aguarda-se se digne Vossa Excelência, e ilustres integrantes do Colendo Tribunal, conhecer e promover o presente recurso para os fins constantes do requerimento, refor-



mando-se a respeitável RESOLUÇÃO Nº 2345/77-TC, como medida de Direito e de Justiça.” (Doc. 4)

Por desempate na votação, o recurso foi desprovido.

Os votos vencidos se fixaram na deliberação do Conselheiro RAFAEL IATAURO a qual, embora reconhecesse a incompetência do Tribunal de Contas para decidir o assunto, deu particular ênfase ao tema central da controvérsia: a persistência ou não da figura do AUDITOR (como Conselheiro substituto) após o advento da Emenda número 1 de 1969 e da Lei Federal número 5.570.

Em determinado trecho, salienta aquele ilustre integrante do Tribunal:

“Não há, Sr. Presidente, para aclarar mais ainda a última hipótese levantada, na Constituição Federal, a figura do auditor, ou do substituto de Ministro do TCU. Por conseguinte, não haveria razão, sequer a obrigação de lembrar em se estabelecer titulação de substitutos de Conselheiros, nos Estados.” (Doc. 5, fls. 34).

Foi vencedor, o eminente Conselheiro RAUL VIANNA, preocupando-se — exaustivamente — em tentar demonstrar que os AUDITORES não são membros do Tribunal de Contas.

7. — Esta deliberação ainda não foi publicada, porém o mandado de segurança é impetrado contra a decisão publicada em 26 de julho deste ano (Doc. 4) embora o não provimento do RECURSO DE REVISTA também se deva considerar como ato ilegal e modificável através do remédio heróico.

#### COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

8. — Em atenção a requerimento formulado pelo impetrante, a Diretoria de Pessoal e Tesouraria informou que os membros do Tribunal em atividade, “são os Senhores Conselheiros Doutor RAUL VIANNA, Doutor LEONIDAS HEY DE OLIVEIRA, Doutor JOSÉ ISFER, Doutor RAFAEL IATAURO, Doutor JOÃO FEDER e Doutor ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL, sendo que este último, acha-se afastado temporariamente do exercício de suas funções. Atualmente, existe neste Tribunal, somente um cargo vago de Conselheiro, resultante da aposentadoria a pedido do Doutor NACIM BACILLA NETO.” (Doc. 6).

Na aludida informação, nenhuma referência se fez aos chamados AUDITORES, e isto pela simples razão de se pretender negar a esta categoria de integrantes do órgão, a qualidade de MEMBROS.

No entanto, como se poderá verificar pela ata número 47 da sessão de 28 de junho deste ano, estiveram presentes os Conselheiros: LEONIDAS HEY DE OLIVEIRA, RAUL VIANNA, JOSÉ ISFER, RAFAEL IATAURO, JOÃO FEDER e os AUDITORES JOSÉ DE ALMEIDA PIMPÃO (substituindo o Conselheiro ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL), ALOYSIO BLASI (substituindo vaga de Conselheiro) e do Procurador do Estado junto a este órgão, ZACHARIAS EMILIANO SELEME”.

Prossegue a ata:

“Presentes, ainda, os Srs. Auditores Ruy Baptista Marcondes, Oscar Felipe Loureiro do Amaral e Emílio Hoffmann Gomes.” (Doc. 7)

Em síntese: 5 Conselheiros e 5 AUDITORES, num total de 10 membros.

Dois AUDITORES exerciam funções de substituição (do Conselheiro RUPPEL que está afastado e na vaga deixada pelo Conselheiro NACIM BACILLA NETO).

E os três restantes?

9. — A composição do Tribunal de Contas do Paraná, continua a ser regulada pela Lei número 5.615 de 11 de agosto de 1967, inspirada literalmente na Lei Federal número 156 de 24 de dezembro de 1935. Para demonstrar esta alegação, basta o confronto:

Lei número 156:

“Art. 1º — O Tribunal de Contas, instituído no art. 89 da Constituição de 1891 e mantido no art. 99 da Constituição de 16 de julho de 1934, tem sua sede no Distrito Federal e jurisdição em toda a República.

Art. 2º — O pessoal do Tribunal de Contas é constituído por quatro corpos distintos:

- 1) Corpo deliberativo;
- 2) Corpo especial;
- 3) Corpo instrutivo;
- 4) Ministério Público.

§ 1º — O corpo deliberativo compreende o Tribunal propriamente dito, com as funções de decidir e julgar. Compõe-se de sete juizes, com o tratamento de ministros.

§ 2º — O corpo especial DESTINADO A RELATAR OS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS E A SUBSTITUIÇÃO dos Ministros é composto de quatro auditores.” (grifos meus).

Lei número 5.615:

“Art. 1º — O Tribunal de Contas tem a sua sede na Capital do Estado, com jurisdição em todo o território do Paraná e COMPÕE-SE de sete (7) Ministros efetivos e sete (7) Ministros Substitutos.

Art. 2º — Integram o Tribunal de Contas:

- I — Corpo Deliberativo, composto de Ministros;
- II — Corpo Especial, composto de Ministros Substitutos;
- III — Procuradoria da Fazenda, composta do Procurador Geral e sete (7) Procuradores; e
- IV — Corpo Instrutivo, composto de todo o pessoal administrativo.”

Pelo artigo 155 (disposições transitórias) da Constituição de 1970, aos cargos de Ministro e Ministro Substituto, foram dadas as denominações de Conselheiro e AUDITOR, respectivamente.

Tratava-se de se adaptar, embora parcialmente, à exigência da Constituição Federal com a Emenda número 1 de 1969 que, pelo parágrafo único do artigo 193, deu o tratamento de Conselheiros aos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

10. — A Constituição Estadual de 1970 estabeleceu que o Tribunal se compunha de sete (7) Conselheiros (artigo 40) regra que APARENTEMENTE se ajustava à determinação do artigo 13, IX da Carta de 1969 e da Lei Federal número 5.570 ao limitar em sete o número máximo dos membros dos Tribunais de Contas.

Mas, a adaptação foi aparente porque o § 4º do mesmo artigo manteve o chamado Corpo Especial integrado pelos AUDITORES.

A Emenda Constitucional número 3 de 1971 dispôs que a lei disciplinaria sobre a organização do Tribunal de Contas, “inclusive quanto ao número de seus membros” (art. 41) e manteve — como seus membros — as categorias de Conselheiros

“nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça”

e também de AUDITORES

“nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3º, e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Conselheiros.” (§§ 3º e 4º do art. 41)

Observa-se, portanto, que o provimento de ambos os cargos se faz, exatamente, pela mesma forma.



## A CATEGORIA DOS AUDITORES

Para correta inteligência da categoria dos AUDITORES e decidir se, em relação ao Tribunal paranaense de Contas, eles são ou não membros (e de que natureza) do órgão, é preciso recorrer ao elemento histórico de interpretação.

12. — O Decreto número 966-A de 7 de novembro de 1890, sugerido por RUY BARBOSA para a criação do Tribunal de Contas “para o exame, revisão e julgamento dos actos concernentes à receita e despesa da República”, através do artigo 6º deixou claro:

“Compoem o Tribunal os funcionarios, a que se conferir voto deliberativo nas matérias submetidas à competência dessa corporação.”

Tais FUNCIONÁRIOS era nomeados por Decreto do Presidente da República, “sujeito à aprovação do Senado...” (§ 1º, art. 6º).

Pelo Decreto número 1166 de 17 de dezembro de 1892, em seu artigo 19 firmava que “O pessoal do Tribunal de Contas compor-se-há de cinco membros, o presidente e quatro directores, com voto deliberativo, um dos quaes representará o Ministério Público”.

O Decreto número 392 de 8 de outubro de 1896 (que reorganizou o Tribunal de Contas), dispôs que:

“O pessoal deliberativo do Tribunal compor-se-há de quatro membros: o presidente e três directores com voto”. (§ 1º do art. 1º).

Também o provimento no cargo se fazia por decreto do Presidente da República, com aprovação do Senado (§ 2º, art. 1º).

Sob a vigência do Decreto número 2.409 de 23 de dezembro de 1896 (que aprovou o Regulamento do Tribunal de Contas) os artigos 3º e 4º estabeleciam:

“O pessoal do Tribunal divide-se em pessoal deliberativo e pessoal de expediente.”

“Art. 4º — O pessoal deliberativo do Tribunal compõe-se de quatro membros: o presidente e três directores com voto”.

Igualmente neste caso, o provimento ao cargo decorria de nomeação do Presidente da República com a aprovação do Senado (art. 5º).

Muito interessante para o perfeito conhecimento das funções dos membros do Tribunal, foi a tabela contendo a classificação dos integrantes do Tribunal, sob as espécies de pessoal DELIBERATIVO, Ministério Público e PESSOAL DE EXPEDIENTE.

13. — O tratamento de MINISTROS aos MEMBROS JULGADORES do Tribunal de Contas surgiu com o Decreto número 3.421 de 12 de dezembro de 1917.

14. — A Lei número 156 de 24 de dezembro de 1935 ajustada à Carta de 1934 e que serviu de paradigma à Lei Estadual número 5.615, como foi visto — se referiu expressamente aos AUDITORES como categoria de membros de substituição:

“Art. 7º — Os Ministros serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelos auditores, por ordem da antiguidade destes.”

Mas, pelo provimento já se fazia sentir a real distinção entre os membros efetivos (Ministros) e os membros substitutos (Auditores).

Assim, os Ministros eram nomeados pelo Presidente da República “com a aprovação do Senado Federal” (art. 3º) enquanto que

“os auditores serão nomeados pelo Presidente da República dentre os brasileiros natos, doutores ou bacharéis em direito, versados em finanças e contabilidade pública, de reputação ilibada, alistados eleitores com mais de vinte e cinco e menos de cinquenta annos de idade.”

Como se constata, enquanto que as nomeações dos Mi-

nistros dependiam da aprovação do Senado Federal já o mesmo não se fazia necessário para os Auditores, cujas vagas

“serão providas, na razão da metade, com o aproveitamento de directores do proprio Tribunal, das repartições de Fazenda, e de outros departamentos da administração pública, desde que preencham os requisitos acima indicados, exceptuado o limite máximo de idade e contem, pelo menos, dez annos de serviço público federal.” (Art. 9º e § 1º).

15. — A distinção material mais acentuada entre os ministros e auditores se fez com o advento da Lei número 830 de 23 de setembro de 1949 (que reorganiza o Tribunal de Contas da União).

Os artigos 2º e 3º ao tratarem da constituição do órgão, estabelecem a composição de nove Ministros e que “funcionam no Tribunal de Contas como partes integrantes de sua organização e como serviços autônomos:

- I, os Auditores;
- II, o Ministério Público;
- III, a Secretaria.”

Mas, enquanto os ministros eram nomeados pelo Presidente da República “depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal” (art. 4º), já os auditores eram nomeados por decreto “mediante concurso de títulos e provas” (art. 25).

O parágrafo primeiro desta norma dispôs que “o provimento das vagas que ocorrerem será feito, METADE POR CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS ENTRE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA, que contarem mais de dez annos de efetivo exercício no Tribunal e suas Delegações, sem limitação de idade; e METADE mediante concurso de provas, títulos, dentre brasileiros natos bacharéis em direito, que contarem mais de 25 e menos de 50 annos de idade (grifos meus).

Vê-se, então, que o provimento de Ministros é de LIVRE ESCOLHA do Presidente após aprovação do Senado Federal, enquanto que o de Auditores está VINCULADO a concurso de provas e títulos.

O artigo 11 estabelece que os ministros são substituídos “nas FALTAS e IMPEDIMENTOS, pelos auditores observada a ordem de antiguidade destes” (grifos nossos) enquanto o artigo 13 diz que

“Os auditores substituirão os Ministros nas suas faltas ou impedimentos, SENDO CONVOCADOS PELO PRESIDENTE QUANDO FALTAR quorum para a sessão e, a juízo do Tribunal, para as substituições periódicas.” (grifos meus).

16. — No Tribunal de Contas do Paraná, o provimento aos cargos de Conselheiro e AUDITOR é idêntico (C.E. art. 41 §§ 3º e 4º); os chamados AUDITORES tem “as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos do desembargadores do Tribunal de Justiça.”

Segundo o parágrafo único do artigo 7º da Lei Estadual número 5.615, os ministros substitutos (“rectius”: Auditores) “além da competência e do dever de substituir os Ministros (“rectius”: Conselheiros) em suas faltas e impedimentos, exercerão as demais funções e competências que lhes forem atribuídas no Regimento Interno.”

Neste passo, como se verá, a inconstitucionalidade é flagrante pois a manutenção de um esdrúxulo Corpo Especial para abrigar os AUDITORES faz com que a composição do Tribunal vá para muito além dos sete membros, como número máximo permitido pela Carta Federal (art. 13, IX).

Além disso, os AUDITORES no Paraná têm atribuições conferidas pelo Regimento Interno que extravasam os limites da substituição eventual (na falhas e impedimentos para integrar o QUORUM) e da substituição periódica, como únicas possibilidades de atuação nos termos do modelo federal (Lei número 830, art. 13). Realmente, pelo artigo 25 do Regimento, percebe-se que os AUDITORES não são meros substitutos. Vale

transcrever:

"Compete aos Ministros Substitutos:

I — Substituir os Ministros em suas faltas ou impedimentos, quando convocados pelo Presidente do Tribunal, de uma das Câmaras ou pelo Presidente do Conselho Superior.

II — Praticar todos os atos atribuídos no artigo anterior aos Ministros, quando em substituição aos mesmos.

III — Julgar os processos relativos a registro diário de ordens de pagamento e adiantamento, até a importância correspondente a 50 (cinquenta) vezes ao salário-mínimo vigente na Capital do Estado mediante designação do Presidente do Tribunal em escala de Ministros Semanários, os quais deverão seguir a jurisprudência do Tribunal, e, no caso de dúvidas, submeterem os processos à decisão do Tribunal Pleno.

IV — Julgar os processos atinentes a atos declaratórios de direitos e vantagens dos servidores públicos estaduais, desde que não sejam emanados do Ministro Presidente deste Tribunal, do Tribunal de Justiça, da Assembléia Legislativa ou do Governador do Estado.

V — Relatar os processos de tomadas de contas dos exatores estaduais, procedendo posteriormente à leitura para a aprovação dos respectivos acórdãos.

VI — Relatar, quando designados, processos atinentes aos Municípios."

Os chamados AUDITORES, durante o período de abril a junho deste ano, receberam para relatar, processos de tomada de contas, prestações, de contas municipais, prestações de contas de órgãos estaduais, comprovações de adiantamentos, dilações de prazos, comprovações e aplicações de auxílios, prestações de contas de convênios, processos de aposentadorias, reservas renumeradas, retificações de Resoluções, reformas, processos de pensões mensais, termos aditivos, ordens de pagamento, requerimento de férias, levantamentos de caução e até mesmo consultas.

Para se demonstrar, "ex abundantia", que não existe nenhuma matéria de caráter privativo do conhecimento dos Conselheiros, basta a verificação das pautas das sessões de 5 e 7 de julho deste ano. (Docs. 8 a 27).

Foi um AUDITOR (o Dr. RUY BAPTISTA MARCONDES) quem relatou as contas da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças (prot. número 3562/76); foi também um AUDITOR (o Dr. OSCAR FELIPPE LOUREIRO DO AMARAL) quem relatou o processo de prestação de contas do Município de Primeiro de Maio (prot. número 2.848/76); o mesmo sucedeu com o AUDITOR EMÍLIO GOMES quanto à prestação de contas da Prefeitura de Bandeirantes (prot. número 3.185/76). E como evidência marcante para mostrar a igualdade de competência (atribuições entre Conselheiros e AUDITORES, convém lembrar que as contas do Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1976, foram relatadas pelo Doutor JOSÉ DE ALMEIDA PIMPÃO (prot. 5.038/77), ainda chamado de AUDITOR.

Na edição de 8 de julho deste ano, "Estado do Paraná" divulga a foto de uma sessão do Tribunal de Contas, onde, no mesmo ângulo, são vistos os AUDITORES RUY BAPTISTA MARCONDES, ALOYSIO BLASI e EMÍLIO GOMES sem que a presença de todos eles caracterizasse a substituição. (Doc. 28).

Veja-se como a Lei número 5615 é inconstitucional: o artigo 32 prevê as decisões singulares atribuídas aos ministros substitutos (Auditores), "inclusive no que se refere à competência quanto à função de semanários". Vale dizer: no Tribunal de Contas do Paraná, os AUDITORES exercem funções de caráter

permanente. Não existe a simples substituição, mas, em verdade, o cumprimento de funções com AUTONOMIA.

PONTES DE MIRANDA analisando a composição do Tribunal de Contas e após esclarecer que o Ministério Público não é parte dele, o mesmo se considerando a Secretaria ("apenas é órgão da administração pública, adstrito (ou subordinado, ou destinado, conforme o conceito que a lei preferir) a ele", conclui de modo bastante explícito:

"O corpo de substitutos pode ser parte permanente dele (e.g., há três membros substitutos para as férias, licenças e vagas), ou corpo subsidiário, com a participação ocasional e transitória."

(COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1946, ed. Borsio, Rio de Janeiro, 1960, tomo III, pág. 32).

17. — Se no regime da Carta de 1946 era possível que os Tribunais de Contas tivessem a composição integrada também pelos AUDITORES como categoria eventual ou permanente, já assim não é mais possível a partir da Emenda número 1 de 1969 cujo artigo 13, IX limitou em sete o número dos membros. E a Lei número 5.570/69 determina a adaptação.

18. — Não colhe a possível contestação de que esta linha de raciocínio irá levar à conclusão de que também os juizes substitutos de segunda instância compõe o Tribunal de Justiça em face do caráter permanente de suas atividades.

Mas não é assim.

A Constituição Estadual é clara no sentido de que "O Tribunal de Justiça... compõe-se de vinte desembargadores..." (art. 94).

E foi justamente com a finalidade de extinguir a categoria dos juizes SUBSTITUTOS de caráter PERMANENTE (verdadeira "contradictio in adjeto") que a Emenda número 7 à Constituição Federal, dispôs:

"Art. 202 — Os Estados adaptarão sua organização judiciária aos preceitos estabelecidos nesta Constituição e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, dentro de seis meses contados a partir da vigência desta última, ficando extintos os cargos de juiz substituto de segunda instância, qualquer que seja sua denominação.

§ 1º — Os juizes cujos cargos forem extintos ficarão em disponibilidade, com vencimentos integrais, até serem aproveitados, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional."

Para evitar as permanentes substituições através de juizes de inferior categoria, o artigo 144, inciso VII da Constituição reformada determinada que nos casos de impedimento, férias, licença ou qualquer afastamento, os membros de qualquer tribunal serão substituídos, sempre que possível, por outros de seus componentes.

19. — Não é possível considerar o impetrante como AUDITOR, máxime em face da correta significação deste vocábulo.

O conceito de AUDITORIA como órgão de consulta (não de deliberação), é posto em destaque pelos parágrafos 4o. do artigo 70 e 5o. do artigo 72, da Constituição Federal:

"Art. 70.

§ 4º — O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, CERTIFICADOS DE AUDITORIA e pronunciamento das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções mencionadas no parágrafo anterior."

"Art. 72.

§ 5º — O Tribunal, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das AUDITORIAS FINANCEIRAS e orçamentárias e demais ÓRGÃOS AUXILIARES, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, deverá:" (grifos meus).

Sobre este assunto, a doutrina de PONTES DE MIRANDA é escoreita:

"4. AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.— "As auditorias financeiras e orçamentárias são órgãos do Tribunal de Contas, que a ele prestam as informações. Não são, porém, os únicos órgãos auxiliares. Não decidem, informam, relatam, dão pareceres e têm legitimidade ativa para suscitar o exame da ilegalidade de atos do Poder Executivo ou de qualquer outro órgão que tenha função de administração financeira e orçamentária."

(Comentários à Constituição de 1967, com Emenda número 1 de 1969, ed RT, São Paulo, 1970, tomo III, pág. 222 - grifos meus).

20. Nenhuma dúvida poderá resultar no sentido de que o impetrante — e todos os demais chamados Auditores no TC do Paraná — pelo provimento, prerrogativas, impedimentos e funções, devem ser tratados como Conselheiros.

A figura do Auditor é remanescente do sistema francês composto por quatro presidentes, dezoito conselheiros diretores, oitenta e seis conselheiros referendários, vinte e cinco auditores e um procurador geral assistido por um advogado. Mas somente tem voto os diretores; "os demais organizam ou auxiliam o trabalho. Os membros são inamovíveis, como no Brasil, excetuados os auditores, o procurador geral e o respectivo auxiliar" (CARLOS MAXIMILIANO, Comentários à Constituição Brasileira, ed. Freitas Bastos, 1948, vol I, pág. 336, grifos meus).

#### A DENOMINAÇÃO DE CONSELHEIROS

21. O impetrante é membro do Tribunal de Contas do Estado, embora chamado impropriamente de Auditor.

22. A propósito deste tema — que tanto impressionou o talentoso Conselheiro RAUL VIANNA em seu longo voto — convém reduzi-lo à sua expressão mais simples.

Com efeito, desde o tempo do Marechal DEODORO DA FONSECA, quando foi criado o Tribunal de Contas, a matéria é bem clara:

"Compõem o Tribunal os funcionários a que se conferir voto deliberativo nas matérias submettidas à competência dessa corporação".

(Decreto número 966 A de 7 de novembro de 1890, art. 6o., grifos meus).

E para enfatizar que os funcionários com voto deliberativo eram os membros do Tribunal, veja-se o § segundo do mesmo artigo 6o.:

"Vagando lugar entre os membros do Tribunal de Contas..."

(... grifo meu)

Também ao tempo de PRUDENTE DE MORAES BARROS, pelo Decreto número 392 de 8 de outubro de 1896 se entendeu que:

"O Tribunal de Contas, instituído no art. 89 da Constituição, terá a sua sede na Capital Federal e jurisdição em toda República.

§ 1o. O pessoal deliberativo do "Tribunal compor-se-ha de quatro membros: o presidente e tres directores com voto."

E o inciso I do § 2o. deste artigo também se referia aos integrantes do Tribunal como seus membros nomeados.

Assim também os artigos 6o. e 7o. do Regulamento do Decreto número 392 de 8/10/1896.

23. Em voto proferido no Supremo Tribunal Federal, no julgamento do habeas corpus número 44.846—ES., o Ministro EVANDRO LINS E SILVA definiu:

"Membro do Tribunal de Contas é quem faz parte dele, quem lhe é integrante, dentro de sua composição normal, é quem foi nomeado para formar o seu todo original." (RTJ — vol. 44 / 205)

24. Frente ao texto da Lei número 5615 de 11 de agosto de 1967 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), os atualmente chamados Auditores são também membros do órgão, embora o artigo 2o. da referida Lei estabelecesse a distinção entre os Corpos Deliberativos (composto de Ministros) e Especial (composto de Ministros Substitutos).

Com o advento da Emenda número 1 de 1969, o título de Ministro — como integrante do Tribunal de Contas — passou a ser privativo dos membros do Tribunal de Contas da União (art. 193). O parágrafo único deste artigo dispõe que "Os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal terão o "título de Conselheiros".

Comentando o aludido parágrafo, PONTES DE MIRANDA pondera que "nada obsta que a lei estadual ou municipal dê aos membros do Tribunal de Contas do Estado-membro ou "do município (arts. 16, § 3o., e 191), o título de Conselheiro" (ob. cit., tomo VI, pág. 443).

O que era uma faculdade, sob a influência da Constituição de 1969, passou a ser uma determinação nos termos da Emenda número 7 de abril deste ano, quando o parágrafo 2o. do artigo 193 é categórico:

"Os membros do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios terão o título de Conselheiro."

(grifo meu)

Com a orientação impressa pela Emenda número 7, fica eliminada a possibilidade em se dar aos membros dos tribunais de Contas dos Estados outro tratamento como por exemplo o de juizes, assim como se via na Súmula número 42.

25. Para espantar qualquer eventual dúvida a respeito de que os chamados Auditores são membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas (com as mesmas prerrogativas, garantias e impedimentos dos Conselheiros), basta a seguinte indagação:

Na hipótese de um Auditor ser acusado de um delito, qual o órgão competente para o julgamento?

É óbvio que seria o Tribunal Federal de Recursos, segundo dispõe o artigo 122, inciso I, letra "b", dizendo que a ele compete processar e julgar originariamente "os membros dos Tribunais de Contas dos Estados ..."

26. Toda a sacrificada tentativa em procurar impedir o reconhecimento de que o impetrante é membro do Tribunal de Contas e de sua composição deliberativa, esbarra não somente na literalidade da expressão membro do Corpo Deliberativo, como também de toda a sistemática de composição e funcionamento do Tribunal. Equivale à tortuosa intenção de procurar, à moda de Sisifo levar ao alto da montanha uma enorme pedra que antes de chegar despencava obrigando a recomeçar no trabalho. Também da mitologia grega, é a passagem da tenaz preocupação em cortar a cabeça de Hydra e ver que para cada cabeça cortada surgia outra.

#### APLICABILIDADE IMEDIATA

27. A norma do parágrafo segundo do artigo 193 da Constituição Federal é de aplicação imediata, valendo salientar que quando a Emenda número 7 estabeleceu que os membros do Tribunal de Contas dos Estados "terão o título de Conselheiro", não ressaltou qualquer distinção entre efetivos e substitutos; conselheiros e juizes; Auditor Geral e simples Auditores. Todos aqueles que deliberam nos tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "terão o título de Conselheiro".

A norma é de aplicação imediata.

Conforme a clara doutrina de JOSÉ AFONSO DA SILVA, "A orientação doutrinária moderna é no sentido de reconhecer eficácia plena e aplicabilidade imediata à maioria das normas constitucionais, mesmo a grande parte daquelas de caráter

sócio-ideológicas, as quais até bem recentemente não passavam de princípios programáticos. Torna-se cada vez mais concreta a outorga dos direitos e garantias sociais das constituições" (Aplicabilidade das normas constitucionais, ed. RT São Paulo, 1968, pág. 80). Como alguns exemplos de normas plenamente eficazes e de aplicabilidade imediata, o ilustre jurista menciona:

- I— "O Brasil é uma "República Federativa" (art. 1o.);
- II— "É vedada a guerra de conquista" (art. 7o. parágrafo único);
- III— "A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto" (art. 13, § 2o.);
- IV— "O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal" (art. 29);
- V— "A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o País" (art. 30);
- VI— "Cada legislatura durará quatro anos" (art. 41, § 1o. ...)" (ob. cit. pág. 93).

Merece destaque o seguinte trecho de sua autorizada doutrina:

"13. Em suma, como já acenamos anteriormente, são de eficácia plena as normas constitucionais que: a) contêm vedações ou proibições; b) confirmam isenções, imunidade e prerrogativas; c) declarem direitos fundamentais ou garantias constitucionais e democráticas;..." (ob. e loc. cit. grifo meu)

A categoria das normas constitucionais de eficácia plena, implica em que todas elas "desde a entrada em vigor da Constituição, produzem todos os seus efeitos essenciais (ou têm a possibilidade de produzi-los), todos os objetivos visados pelo legislador constituinte, porque este criou, desde logo, uma normatividade para isso suficiente, incidindo direta e imediatamente sobre a matéria que lhes constitui objeto" (JOSÉ AFONSO DA SILVA, ob. cit. pág. 76).

28. A estas idéias, deve-se acrescentar a doutrina indicada pelo ilustre Magistrado ZANONI DE QUADROS GONÇALVES em seu trabalho Norma Jurídica auto-aplicável em Gazeta do Povo de 24 de outubro de 1977.

#### O DIREITO LÍQUIDO E CERTO

29. O impetrante tem o direito líquido e certo de receber o tratamento constitucional de Conselheiro e ser provido como tal — ocorrente a vaga — por força do que dispõe os artigos 13, IX, 193, § 2o. da Constituição Federal; 1o. e seguintes da Lei número 5.570 de 28 de novembro de 1969.

Não se trata de nenhuma preocupação de ordem terminológica, mas, em verdade, de pleitear a declaração de direitos como faculdade inerente ao desenvolvimento da personalidade e demais atributos sociais e morais do Homem.

É por isso que a discussão a respeito deste assunto é demarcada no foro judicial pela preocupação científica em precisar as idéias, os conceitos e as conclusões e também pela serenidade com que devem ser tratadas as partes e os problemas jurídicos.

Na espécie, também é relevante o interesse público — uma vez aberta uma vaga com a aposentadoria do Conselheiro NACIM BACILA NETTO — posto que a composição e o funcionamento do Tribunal de Contas de uma unidade da Federação, caracterizam matérias que se colocam para acima e para muito além das paixões e desvios que poderiam informar uma deliberação. Máxime quando ela é inspirada nos sentimentos de simpatia ou antipatia relativamente à parte e seu procurador e no esquecimento dos princípios de Direito e de toda uma linhagem de atitudes.

#### REQUERIMENTOS

30. Em face de todo o exposto, requer-se se digne Vossa Excelência mandar processar o presente pedido, que deverá ser concedido para os fins seguintes:

a) ser deferido ao impetrante o título de Conselheiro, como lhe assegura a Constituição Federal, posto ser membro do Tribunal de Contas do Estado;

b) declarar o direito de ser provido no cargo de Conselheiro — cujas funções já vem exercendo em sua plenitude — segundo os termos da Lei federal número 5.570/69 e na medida em que houver a vaga a si reservada, pelo critério de antiguidade na nomeação.

31. Requer-se a notificação do órgão coator para os fins previstos nos artigos 7o. e seguintes da Lei número 155/61.

Também se requer a citação do ESTADO DO PARANÁ, na pessoa de seu Governador e da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, na pessoa de seu Presidente, como litisconsortes, para todos os efeitos legais e principalmente porque a nomeação ao cargo de Conselheiro — vago pela aposentadoria do Dr. NACIM BACILA NETTO — é feita pelo Governador após aprovação do nome indicado pela Assembléia Legislativa do Estado.

32. Dá-se à presente, para efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Termos em que  
Pede-se deferimento.

Curitiba, 18 de novembro de 1977.

RENÉ DOTTI  
OAB—PR. 2612

Prosseguindo:

7. A proposta relativa à nova situação, e respectivas redações, dos §§ 10 e 11 do Art. 41, se baseiam nos novos textos dos §§ 7o. e 8o. do Art. 72, da C.F., dados pela Emenda número 7.

8. A proposta referente à nova situação do parágrafo 2o., do Art. 42, bem como a supressão dos atuais §§ 3o. e 4o. do mesmo dispositivo, se estriba no novo texto do § 2o., do Art. 13, da Constituição Federal, surgido com a Emenda número 8.

9. A proposta concernente à nova redação do Art. 57, bem como a supressão dos respectivos parágrafos e incisos, se funda no novo texto do artigo 96, nos termos da Emenda número 7.

10. A proposta relativa à nova redação do Art. 58, atende às disposições do parágrafo único do artigo 96, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda número 7, e se compatibiliza com o texto do § 1o., do Art. 95, da Lei Fundamental.

11. A proposta referente ao acréscimo de mais um parágrafo ao Art. 63, se baseia no § 3o., do Art. 97, da Constituição Federal, decorrente da Emenda número 8.

12. A proposta referente à nova redação do Art. 79 e seus parágrafos se funda no novo texto do Art. 104 e seus parágrafos, dado pela Emenda número 6, de 4/6/76.

13. A proposta concernente à nova redação do artigo 86 se funda no artigo 196, da Constituição Federal, com o texto dado pela Emenda número 7.

14. A proposta referente ao acréscimo de mais um parágrafo e de nova redação dos §§ 1o. e 2o., do Art. 88, se baseia o parágrafo 1o. e parágrafo da mesma numeração do artigo 113 da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda número 7; O parágrafo 2o., no parágrafo 3o. do Art. 113 da Constituição Federal. E finalmente o parágrafo 3o., que se acresce no parágrafo 2o., do art. 113 da Constituição Federal, de acordo com a Emenda número 7.

15. A proposta relativa às novas redações dos incisos I e II do Art. 89, se estriba nos incisos I e II do art. 114 da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda número 7.

16. A proposta pertinente à nova redação do art. 91 e que também suprime o seu atual parágrafo único, se funda no parágrafo V do art. 144 da Constituição Federal, com o texto dado pela Emenda número 7.

17. A proposta relativa à nova redação do artigo 92,

do seu inciso I, bem como as alíneas A, B e C do inciso II, e das alíneas A, B e C do seu parágrafo I e do parágrafo III, decorre do novo texto do inciso I e alíneas A, B e C e do inciso II do parágrafo IV do art. 144 da Constituição Federal nos termos da Emenda número 7.

18. A proposta referente à nova redação do art. 93, se funda na alínea D do parágrafo I do art. 144 da Constituição Federal, com o texto dado pela Emenda número 7.

19. A proposta relativa ao acréscimo de dois parágrafos ao art. 96, se baseia nos incisos VI e VII do art. 144 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda número 7.

20. A proposta de nova redação aos incisos I e II do art. 101, se estriba nos incisos I, II (1a. parte) e III (1a. parte), do art. 115 da Constituição Federal, com o texto dado pela Emenda número 7.

21. A proposta de nova redação ao art. 106, se funda no inciso I do art. 15 da Constituição Federal, nos termos da Emenda número 8.

22. A proposta de acréscimo de dois parágrafos ao art. 107, suprimindo o atual parágrafo único, decorre do parágrafo II do parágrafo V do art. 104, com a redação dada pela Emenda número 6; o parágrafo I do parágrafo II, do art. 15 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda número 4.

23. A proposta de acréscimo de um art. (157) no título V, com um parágrafo único, se estriba no art. 202 e seu parágrafo I, da Constituição Federal, com a redação da Emenda número 7")

O SR. ACCIOLY NETO — Nestas condições, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, ressalvada a emenda concernente ao Auditor do Tribunal de Contas, vejo-me na contingência de declarar o meu voto favorável à proposta de Emenda Constitucional subscrita pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, que atendeu, em todo o tempo, e meridianamente no texto, as disposições da Constituição Federal.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Accioly Neto, antes de mais nada desejo cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo com que V. Exa. abordou a matéria, ressaltando-a nos seus precisos detalhes e postos à disposição desta Casa, para inclusive, futuras consultas e pesquisas em seus Anais. É um trabalho sobre o Direito Constitucional vigente.

Desejo, entretanto, especialmente significar a V. Exa. o meu reconhecimento pelo apoio que V. Exa. dá à emenda que apresentamos, a uma das emendas que apresentamos relativas aos Auditores do Tribunal de Contas, cuja explanação de V. Exa., feita de maneira abrangente, precisa e judiciosa, me poupa, inclusive, o trabalho de defendê-la.

Portanto, louvo-me na exposição de V. Exa. para sustentar, neste aparte, a oportunidade da emenda.

Fica, portanto, o meu agradecimento a V. Exa., pelo apoio a essa emenda que procura corrigir, realmente, uma distorção na proposição e que, desta forma, viria antecipar uma solução que se antecipa possa ser feita, judicialmente.

Era o que me cabia dizer a V. Exa., registrando a satisfação com que ouvimos a brilhante explanação de V. Exa. Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu sou grato pela intervenção de V. Exa., apenas, para dizer que os encômios a mim dirigidos, decorrem, muito mais, da amizade que nos liga do que do pronunciamento que eu aqui tenha feito.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em discussão a Proposição número 537/77.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aí está à consideração e deliberação da Casa, o que um

dia haveria de chegar: — A Reforma Constitucional imposta pela Presidência da República, um momento que a Nação não esqueceu e que a nossa História não esquecerá, num dos atos que mais violentou a consciência jurídica brasileira e que levantou a Nação Pensante contra a atitude prepotente e arbitrária e inconstitucional do Poder Central.

Haveria, esta Casa, algum dia, de se ver a braços com esta questão. Este dia chegou e aqui estamos. Eu gostaria, apenas, de lembrar à Casa, que a matéria proposta pelo inteligente e brilhante Líder do Governo, mereceu, embora reforma constitucional, mereceu uma das mais rápidas, mais céleres tramitações que se conhecem para qualquer processo nesta Casa; quanto mais e, aí, os louros para S. Exa., quanto mais, para uma reforma constitucional. Isto evidencia, entre outras coisas que a máquina administrativa desta Assembléia, quando quer, trabalha; quando deseja, realiza; quando precisa, faz.

Entretanto, na sofreguidão de estabelecer o recorde, alguns senões ocorreram — um deles levantado pelo próprio autor, quando encaminha, à Mesa, um requerimento e, a Mesa, resolve e defere de pronto, sem ouvir o Plenário e, nem sei se é necessária a audiência do Plenário, defere de pronto, a Mesa.

No projeto original, no avulso publicado, no parecer aprovado por maioria de votos, se faz referência a criação do art. 157, 158, 159, 160 e 161. Todavia, se dá texto apenas para um dos artigos criados, o 157, ficando os demais e aprovando a Assembléia na fórmula colocada, ficando os demais criados, instituídos, implantados na Constituição, mas sem texto.

Para tentar resolver a questão o remédio encontrado foi um simples requerimento, que eu não sei se é o remédio correto, se é a forma regimental e se é a forma constitucional. Porque a matéria está posta; porque a matéria teve prazo para receber emendas; porque a matéria foi a uma Comissão Especial, nobre Deputado. Teve, portanto, esgotada com sofreguidão e rapidez é verdade, mas teve esgotada toda a sua tramitação e todas as oportunidades para se emendar, para se colocar reparos e para se arrumar o que não estivesse corretamente ajustado.

O remédio encontrado foi este papel que a Mesa recebeu.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Enéas Faria, o argumento de V. Exa. forçoso é reconhecer, uma puerilidade gritante.

O SR. ENÉAS FARIA — Tomara eu pudesse mantê-la, até fisicamente e "ad perpetuum".

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu tenho certeza que o espírito de V. Exa. ainda mantém a pureza da sua puerilidade.

Nobre Deputado, é evidente que se consta da proposta art. 158, 159, 160 e 161, e não se lhe segue nenhum texto, é evidente que não pode nem ser abordado e votado, porque a inclusão de tais números decorre de visível erro datilográfico e que passou, é verdade, despercebido. Mas é claro que não constando texto que se lhe segue, não há o que ser votado. Isto, em absoluto desfigura em nada o procedimento de votação.

Eu louvo o espírito de V. Exa., sempre tão atilado em perceber aqui e ali eventuais erros, ou omissões, mas, neste caso é evidente que isso não compromete absolutamente em nada.

Eu apenas encaminhei à Mesa um ofício, pedindo que se desconsiderasse tais artigos pela evidência solar de que não podem ser votados artigos que não tragam nenhum texto. É de uma clareza que me parece até ofuscante. Todavia...

O SR. ENÉAS FARIA — Tem razão inteiramente V. Exa., totalmente, plenamente.

É evidente que V. Exa. tem razão. O que apenas quis mostrar é que com o record que V. Exa. estabeleceu, nesta Casa, se estabeleceu também um comportamento esdrúxulo.

É evidente que não se pode votar e nem se poderia dar acolhida a esta aberração, fruto evidentemente de erro datilográfico, de redação, rotule V. Exa. como desejar, é evidente que tem. Mas a sofreguidão acabou levando a isso. E se criou um expediente novo na Casa, que é o de resolver a questão que precisa ser resolvida, que tem necessidade de ser resolvida, se resolver a questão com um simples papel que chega à Mesa. Mas está resolvido, a Mesa já definiu.

Quero que V. Exa. entenda, mesmo na humildade da questão, V. Exa. entenda que tem apenas o sentido de colaboração.

Porque se não levantasse a questão para o orador, e o orador para V. Exa., talvez estivessemos agora votando com sofreguidão o que estava posto.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — Quero dizer a V. Exa. que se eu não tivesse enviado tal ofício à Mesa o resultado seria o mesmo.

É evidente que a Mesa poderia colocá-lo em votação.

O meu ofício apenas tentou clarificar a posição sem nenhuma outra pretensão de arrumar nada.

O meu ofício não acrescenta e nem diminui nada. Apenas tenta clarear, de maneira que não inovei nada, e quero lembrar a V. Exa. que, alguns dias atrás quando se propôs uma emenda constitucional e se não estou enganado, do nobre Deputado Antônio Facci, que se reduzia a idade para elegibilidade, veio para o plenário, aí sim, claramente uma proposta em que se errava a numeração se não estou enganado, a Presidência até pode esclarecer melhor.

E no entanto, foi feito o reparo pelo nobre Deputado Muggiati Filho, de Plenário.

E aceito pela Mesa e democraticamente, pela nossa bancada.

De maneira que, não inovo nada referente àquele episódio, que não me pareceu também que pudesse macular definitivamente a proposta do nobre Deputado Antônio Facci.

Muito obrigado.

**O SR. ENÉAS FARIA** — V. Exa. tem meia razão quando faz referência ao caso anterior que não é o mesmo e nem assemelhado...

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — Muito mais grave.

**O SR. ENÉAS FARIA** — Mas já que V. Exa. arruma a coisa, então que arrume também, para frente.

Que se suprima através do meio, que entender, correto, que suprima a Emenda número 20, criada e sem texto também.

Evidente erro de redação de datilografia.

E entenda como colaboração.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — E jamais interpretaria de forma diferente.

**O SR. ENÉAS FARIA** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há outro aspecto que há de ser considerado:

É quanto à técnica constitucional; quanto ao caráter que tem de impositivo, de auto-aplicação do que se chama Constituição Federal, para a Carta Estadual.

Não vejo porque e não há razão de se entrar em maiores considerações porque pela tribuna passou o eminente Deputado Accioly Neto e, fixou o seu trabalho exatamente neste sentido, especificando ao justificar o seu voto, justificando a maneira como as coisas eram postas.

É evidente e é claro, que a imposição de ordem federal, atinge e exige o complemento desta norma.

E aqui a homenagem ao Deputado Accioly Neto, pela forma brilhante como abordou a questão, fixando-se, constitucionalista, que é, jurista que é, talentoso que é, fixando o seu trabalho sobre este aspecto.

Apenas um lamento, porque quem tudo pode, poderia também ao editar as regras de abril, poderia também ter eliminado o constrangimento de alguns e a oposição ferrenha de outros, nos Estados, quando esta matéria viesse para adapta-

ção. Poderia ter aplicado uma regra qualquer, deferindo ao seu delegado estadual, a condição de estabelecer também uma nova redação adaptada para a Constituição.

Assim, posições conhecidas, posições clareadas, posições brilhantes e avançadas em defesa da democracia, do constitucionalismo, do Estado e do direito, não teriam que ser constrangidas a adotar posições que adotaram.

Isso evitaria estarmos aqui adotando a posição que estamos adotando.

Em verdade, Srs. Deputados, o que se analisa hoje, não é mais do que a atitude prepotente, arbitrária, do Poder Central, reformando por decisão pessoal, a Carta da República, numa afronta à soberania do povo, numa afronta à consciência jurídica da Nação, numa afronta à tradição da gente brasileira.

E é isso que veio em nossas mãos, e é isso que temos de resolver.

Tenho para mim, e é a minha posição pessoal, de que não nos cabe outro caminho, e não o de repudiarmos também agora e aqui nesta Casa, como entendo os outros lugares, temos feito, seguindo e se é meu voto pessoal, ele se embasa nas diretrizes do meu partido e mais do que isso, na vocação do nosso povo.

Seguindo, com coerência a luta que temos lutado, em favor de uma constituição democrática.

**O Sr. Accioly Neto** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dizer a V. Exa. que, quando eu estive aí nesta mesma tribuna, tratando da matéria, o que eu fiz, foi apenas reconhecer uma realidade enfática e jurídica, que existe perante a Nação brasileira.

Concordo com V. Exa. em gênero e número e grau, com relação às origens, especialmente das emendas número 7 e número 8.

Porque não decorreram de manifestação do Parlamento e portanto não tiveram a participação do povo.

Agora o que nós não podemos, nesta hora e diante da situação em que vive o nosso país, é nos colocarmos na posição de avestruz.

Como se escondendo a cabeça, a realidade que nos volta, fosse suficiente para relegarmos aquilo que é impossível até de fazê-lo.

Que é a Constituição a propósito da qual, que nós ao iniciarmos a atual legislatura, nós nos comprometemos a por ela zelar e respeitar.

Queria apenas, nesse aparte, situar-me com relação aos dois aspectos.

Quanto às origens das emendas 7 e 8 concordo com V. Exa. No mais, isto é, na atividade formalística que representa as emendas do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. não tem razão.

Era isso só, Sr. Deputado.

**O SR. ENÉAS FARIA** — Eminente Deputado Accioly Neto, eu talvez não tenha sido bem claro, quando me referi a sua passagem na tribuna e que aliás justifiquei e foi causa para justificar a inexistência de minha parte de comentários maiores, sobre a questão de técnica constitucional.

Porque dizia e V. Exa. abordou, com o talento e com a cultura que todos lhe reconhecemos.

E que V. Exa. fixou, o seu trabalho, exatamente neste ponto.

E não quis avançar mais, não desejou, não viu necessidade.

Agora, o que não aceito, eminente Deputado, é a figura do avestruz.

Eu acho exatamente disse isso em meu voto. Acho e entendo que a hora não é de calar, não é de se omitir, não é de desertar.

E por isso nós estamos aqui e por isso participamos da



comissão e por isso vamos votar hoje.

A hora de proclamar a realidade que estamos vivendo.

E esta realidade todos conhecemos.

E esta realidade todos repudiamos; esta realidade que nós não queremos mais.

E por isso, todos estamos empenhados.

Homens que têm responsabilidade e na condução da vida brasileira, todos empenhados em encontrar um caminho para que esta Nação se reencontre com o Estado de Direito.

Se reencontre consigo mesma.

Por isso aqui estamos, participando e eu pessoalmente trago o meu voto contrário.

E dizendo porque o faço.

A hora não é a de esconder a cabeça.

O momento é de juntar uma palavra a mais no trabalho e na luta que todos realizamos.

Para encontrar um rumo, para encontrar um caminho e atingirmos um objetivo, que é a Constituição emanada da soberania popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não pretendia e não pretendo me estender na tribuna.

Apenas leio voto separado e vencido, na Comissão Especial: (Lê)

"A Liderança da ARENA, com apoio constitucional, formula a proposta de EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL em um total de 24 numeradas modificações, a título de "adaptação" da Carta do Estado, face às últimas "Inovações" na Constituição Federal, recebendo, na forma prevista, 7 emendas, na fase oportuna.

Em verdade a quase e totalidade das modificações sugeridas se limita a transportar os textos, palavra a palavra, da Federal para a Estadual, com algumas inovações, modificações e supressões."

E aqui faço um parêntesis, na adaptação que se fez, por exemplo com relação ao Ministério Público, em decorrência da inovação Federal, acabou por suprimir da Constituição uma série de prerrogativas e de direitos estabelecidos para aquela categoria constitucional.

Remetendo para o futuro, a possibilidade de serem elas reativadas mas em lei ordinária, ou quando muito em lei complementar, através do Estatuto próprio, daquela categoria profissional.

Continuo:

"Pequena, mas significativa parte, nada tem a haver com o objetivo básico da justificativa, e se põe a tratar de matéria diversa, estabelecendo regras novas em nossa Carta. (remuneração de ex-governador e nomeação de auditor do Tribunal de Contas).

A origem, em verdade, da proposta em análise se localiza nas alterações impostas à Constituição Federal, há pouco tempo, com base em legislação excepcional que conferiria ao Presidente da República poderes para modificar ou emendar a Carta Magna do País.

Estabeleceu-se polêmica quanto à capacidade presidencial para esse procedimento.

Não cabe aqui, todavia, voltar a esse debate. Cabe sim, reafirmar a realidade que estamos vivendo.

A Lei submetida à vontade de homens; a conspurcação do Estado de Direito; o direito gerado pela força; a Constituição maculada e diminuída pelo poder mais de atos e manipulada ao sabor das conveniências momentâneas.

A lição é de Afonso Arinos:

"É nação básica de Direito Constitucional democrático que o princípio da legitimidade se exprime, concretamente, em assegurar à autoridade o "exercício do poder, mas nunca em conceder-lhe a capacidade de criar ou ampliar o poder instituído. A autoridade constitucional não cria o poder; exerce-o, de acordo com a Constituição.

A norma excepcional que permite o acréscimo indefinido do poder transforma a autoridade em arbítrio. Hegel dizia que o Estado é a mais alta criação do espírito humano, e via nele inspiração divina. Mas a própria idéia de Deus não se coaduna com o aumento do Seu poder Criador. Deus, para os crentes, é a criação inerente e, portanto, inacrescentável. No Estado, há um poder criado. A autoridade é uma das criações — a mais alta — da legitimidade, mas não pode ser a sua criadora.

Aqui é que se bifurcam as idéias de legalidade e legitimidade. A legalidade é a eficácia da norma e a sua observância, até sob coação. Mas o fato do poder submeter-se à legalidade que ele mesmo cria, não faz esquecer o outro fato de que ele não poderia aumentar-se, criando-a. A legalidade da norma, que ultrapassa a legitimidade do poder, contribui para separar a autoridade do direito e, em via de consequência, o Estado da Sociedade."

Submetida à legalidade, mesmo — como acentuou o mestre citado — sob coação, esta Casa se vê a braços com a questão.

Esperava-se que chegaria o dia em que o assunto teria de ser tratado. Chegou.

A hora, mais que qualquer outro, não é a da omissão ou da deserção. É, sim, do posicionamento e da afirmação. Posicionamento contrário ao arbítrio, não aceitando silente a imposição, rejeitando o que alguns poucos para si o fazem para permanecer o tempo que eles durarem. Afirmação em favor do Estado de Direito e da soberania do povo.

"O Estado submetido ao Império da Constituição e de Leis Legítimas, é o Estado de Direito" — ensina — JOSÉ AFONSO DA SILVA — "Não existira senão à sombra de Tribunais dotados de garantias constitucionais de independência e imparcialidade. Se faltarem essas garantias e se se mutilarem e restringirem os remédios de proteção dos direitos fundamentais do homem, o Estado não será de Direito, e então cumpre à consciência jurídica lutar para reconquistá-lo..."

As Emendas na ordem federal, e que hoje dão margem a estas "adaptações", tiveram sua genese "em um ato, congenitamente ilegítimo e juridicamente", com base no que o "chefe do governo se investe nas atribuições do Congresso e passa a distribuir emendas constitucionais.

É de se lembrar diante dessa ação a indagação do eminente Senador Paulo Brossard:

"Que vale a lei para quem fabrica leis, de toda a espécie, desde a mais alta até a de menor hierarquia, desse jeito e com essa onipotência?

Da portaria à Emenda Constitucional, tudo é o mesmo, o fruto de uma vontade só, com a simples mudança do nome, como seu nome conferisse a uma regra o seu caráter intrínseco. A circunstância de uma postura ser batizada de "Constituição" pelo detentor do poder de fato, não lhe atribui essa qualidade.

Para que se trata de Constituição, o primeiro requisito é que a norma emane de quem possua Poder Constituinte e o Poder Constituinte se liga à soberania.

E o Poder Constituinte desde que se despegou da coroa dos reis absolutos, reside no povo".

O que aí está, tenha o rótulo que tiver, receba as graças que receber, é tudo o que se queira entender, menos e jamais — Constituição.

Pelo menos, como a entendem povos soberanos e livres. "As constituições não são regulamentos administrativos, não são tratados casuísticos, não são roteiros de precauções meticulosas contra a chicana, a ignorância, ou a subserviência mental da rabolice, interessada ou míope. Uma Constituição é a caracterização, nitidamente contornada, de um sistema político, indicado nas suas linhas

capitais, entregue, na evolução da sua vida orgânica, à ação da consciência popular, confiado, na interpretação das suas conseqüências legislativas, à intuição dos homens de Estado. A evidência das regras diretrizes, à luz do alto que desce dos princípios ilumina os casos particulares, ditando à cada ocorrência imprevista, à cada combinação dos fatos, a solução definida pelas necessidades da harmonia geral”.

A Constituição deve traduzir no texto fundamental, a experiência do passado, a realidade do presente e as aspirações do futuro.

Estamos violentando as nossas tradições, divorciados da nossa realidade e sufocando as nossas vocações.

Não poderia ausentar-me do processo que aqui se instalou e tramita. Mas não posso, com maior carga de razões, conferir meu voto favorável.

Nego-o, porque renego a situação que está colocada para a Nação. E o faço, não só na mecânica e quantitativa ação de depositá-lo para contagem que de antemão se conhece adversa. Mas, sim, o justificando para que se o marque nessa Casa, e eu o tenha como uma palavra em favor da causa porque luto, da idéia que acalento, do sonho que tenho sonhado.

Contudo, apesar de tudo, e contra tudo o Brasil haverá de se reencontrar consigo mesmo, e não tardará a chegar esse momento. Basta que, patrioticamente, se trabalhe por ele, e caminhando se lhe abra o caminho.

Voto contra a proposta, pelas razões expostas, e, porque voto pelo Estado de Direito, pela Constituição, pela Democracia.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1977.

Enéas Faria

Deputado

#### EM TEMPO:

1. à matéria diversa tratando de nomeação de Auditores do Tribunal de Contas sem aprovação desta Assembléia Legislativa; e, remuneração cumulativa pelos cofres públicos para esse Governadores. Análise em Plenário.
2. Apesar de numeradas 24 modificações só se tem o texto de 23 delas, inexistindo, tanto no original quanto no avulso, texto para a emenda número 20.
3. O autor cria na Carta Estadual, ao seu final, após o atual art. 156, mais 5 artigos. Aprovando-se-lhe a proposta ter-se-á os arts. de 157 a 161. Todavia, apenas o art. 157 com texto, e os demais, inexplicavelmente apenas acrescentados, mas sem textos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em discussão a Proposição número 537/77.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente, farei uma consulta à Mesa, no sentido que V. Exa. esclarecesse o seguinte: encerrada hoje a discussão e votação, diz o Regimento, que a emenda constitucional é votada em duas sessões. Indago de V. Exa. como será a 2a. votação e se haverá período de discussão, em uma segunda sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa: tratando-se de matéria que exige interstício das 24 horas, além das duas discussões e votações, deverá merecer uma discussão e votação final.

A Presidência advertira, anteriormente, à Casa da realização de uma sessão extraordinária às 14,00 horas, que haveria uma ordinária, amanhã, sexta-feira às 14,30 horas.

Espera a Mesa, votada a Proposição número 537/77, em seu primeiro turno, nesta sessão, possa anunciá-la para segunda discussão e votação, na sessão ordinária de amanhã, às 14,30 horas, viabilizando a votação de sua redação final, na sessão de segunda-feira, dia 5, oportunidade em que se votará a última remessa de matéria de Ordem do Dia, antes do recesso que se iniciará constitucionalmente dia 6 do corrente mês.

O SR. NILSO SGUAREZI — De modo que na sessão de amanhã

haverá discussão também?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Discussão e votação em segunda.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito.

Eu peço que V. Exa. me inscreva para discussão na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e considera V. Exa. inscrito como primeiro orador para discutir a matéria no turno de segunda discussão e votação.

A Presidência adverte os Srs. eminentes Deputados que, em virtude de haver sido aprovado requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, a matéria será colocada em votação regimentalmente.

Será tomado o voto nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. deve ter cometido um equívoco.

Este requerimento do nobre Deputado Nilso Sguarezi não foi posto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência já foi argüida pela assessoria da Mesa.

E quer me parecer que a Presidência anunciou a existência de dois requerimentos sobre a Mesa. Um de V. Exa., que fazia menção à existência dos artigos 158, 159, 160 e 161, quando deveria se permanecer com a redação de tão somente ou acrescer o artigo 157 e a existência de outro requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

A não ser que haja exigência para que se consultem as notas taquigráficas.

Realmente, a Presidência também tem dúvidas, porquanto a assessoria já havia argüido a Presidência neste sentido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência está sendo esclarecida em que, no instante em que ia ser colocado em votação o requerimento, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho requereu chamada nominal, e foi o que, realmente, deixou a Presidência em dúvida.

A Presidência vai colocar em votação o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com a seguinte redação:

(Lê o requerimento)

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — REJEITADO O REQUERIMENTO.

A Presidência colocará em votação a matéria, na forma de que se preceitua a Resolução número 02/71.

Em votação a Proposição número 537/77.

Ressalvadas..... A Presidência reformula: em votação a proposta, ressalvadas as emendas.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para colher de V. Exa. uma orientação para votação, pretende V. Exa. colocar globalmente em votação toda a reforma, ou será item por item, emenda por emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência esclarece V. Exa. lendo o que estatui o parágrafo terceiro do artigo 199 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução número 02/71.

A Presidência dará a V. Exa., o que estatui o parágrafo segundo.

“Parágrafo 1o. — A votação será feita pelo processo simbólico, considerando-se aprovada a proposta ou emenda que obtiver 2/3 dos votos dos Srs. membros da Assembléia Legislativa”.

Nova redação dada pela Reforma Constitucional de abril, que confere no tocante ao “quorum” de maioria abso-

luta:

“Durante cada discussão, os Srs. Deputados poderão falar uma única vez, pelo prazo de 30 minutos e pelo prazo de 10 minutos, para encaminhar a votação”.

Proposta e emendas.

A Presidência considera a Proposição no. 537/77, como proposta àquela originária da apresentação das emendas, da emenda à Constituição.

Colocar-se-á, em globo, a votação à Proposição, ressalvadas as emendas, que terão, ao seu turno, discussão e votação em separado.

A Presidência colocará em votação a proposta, para, posteriormente, colocar em votação uma a uma, as Emendas apresentadas à Mesa.

Em votação a proposta, consignada na Proposição no. 537/77, ressalvadas as emendas. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.

Aprovado por maioria absoluta.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicitaria de V. Exa. verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Em votação a Proposição no. 537/77, ressalvadas as emendas. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se; os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se (Pausa). 30 Srs. Deputados aprovam.

14 Srs. Deputados rejeitam.

— APROVADA POR MAIORIA ABSOLUTA.

A Presidência colocará em votação as emendas apresentadas à proposta de Emenda à Constituição, e levará em consideração o parecer da Comissão Especial, quando favorável e quando contrário, respeitando o Regimento Interno, fazendo com que os Srs. Deputados observem a forma inversa de votação, quando houver qualquer das emendas recebido o parecer contrário da Comissão Especial.

Em votação a Emenda no. 01, subscrita pelo Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, com parecer Favorável da Comissão Especial. (Lê Emenda). — APROVADA a Emenda por maioria absoluta.

Em votação a Emenda no. 02, assinada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, com parecer Favorável da Comissão Especial. (Lê Emenda) — APROVADA por maioria absoluta.

Em votação a Emenda no. 03, subscrita pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, recebeu parecer favorável da Comissão Especial. (Lê Emenda) — APROVADA por maioria absoluta.

Em votação a Emenda no. 04, assinada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, verificando melhor, e de conformidade com o Regimento Interno, Art. 134, § 2o., inciso IV, requeiro, por reconhecer que a proposição é impertinente, a sua retirada.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e retira da pauta a Emenda que levou o no. 04.

Em votação a Emenda no. 05, assinada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Lê Emenda). —

Nesta emenda, verifica-se que a Comissão Especial, apreciando a referida Emenda no. 05 - Muggiati Filho, exarou parecer contrário. Todavia, ofereceu outra emenda que mereceu aprovação da Comissão Especial, conferindo-lhe a seguinte redação. (Lê).

Desta forma, a Presidência confere preferência à emenda apresentada pela Comissão Especial, que se aprovada, considera prejudicada a emenda Muggiati Filho, de no. 05, e portanto, também, prejudicado o texto da proposta original de emenda à Constituição.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, só para nos situarmos.

A emenda proposta pelo Relator e aprovada por maioria da Comissão, apenas estabelece modificação de redação à proposta original. Ainda a emenda Muggiati Filho, procura manter a prerrogativa hoje existente na Assembléia Legislativa. Em outras palavras, aprovada a emenda da Comissão, não haverá necessidade de consulta à Assembléia para nomeação do Auditor. Aprovada a emenda do Deputado Muggiati Filho, a Assembléia terá de ser consultada para a nomeação de Auditor do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai informar V. Exa.

A proposta de emenda à Constituição oferecia para o § 4o., do artigo 41, a seguinte redação. (Lê emenda). S. Exa. o Sr. Deputado Muggiati Filho, através de oferecimento de emenda, que levou o no. 05, pretendeu substituir as expressões “independentemente de”, para “após”.

Analisando a proposta original e também a Emenda no. 05, a Comissão Especial resolveu significar. Propõe este Relator apenas que no § 4o., do art. 41, a expressão “independentemente de aprovação pela Assembléia Legislativa”, seja substituída pela expressão “efetuada a aprovação pela Assembléia Legislativa”, ficando o artigo assim redigido. (Lê): “§ 4o., do artigo 41 — Os Auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3o., efetuada a aprovação pela Assembléia Legislativa, e terão as mesmas garantias e prerrogativas e impedimentos dos Conselheiros”.

O que a Presidência coloca em votação, é a aprovação dada pela Comissão Especial ao § 4o., do Art. 41, que tem preferência regimental. Em votação a emenda oferecida pela Comissão Especial.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendeu a Mesa, após sua judiciosa interpretação da matéria, que a emenda apresentada pela Comissão teria preferência, por ser substitutiva à nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Muggiati Filho, V. Exa. permita que a Mesa se posicione. O entendimento não é este, por considerar a emenda de V. Exa. substitutiva, pode lhe oferecer amparo regimental, dando conhecimento a V. Exa. de que preceitua o Art. 102 do Regimento Interno no seu inciso 3o.

“As emendas das comissões sobre as emendas dos Deputados”, quando fala no Art. 102 —

“Terão preferência na votação.

Inciso 3o. — As emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

O SR. MUGGIATI FILHO — Isso V. Exa. me dá um argumento irresponsável. Porque a procedência é da Emenda Supressiva, V. Exa. pode ver qualquer texto de emenda supressiva, se localiza no inciso 2o. do Art. 102 — enquanto que a emenda da Comissão no Inciso 3o. E já tivemos aqui recentemente, um precedente idêntico a este. Quando a emenda da Comissão se deu preferência à emenda supressiva.

De modo que me parece que na simples leitura do regimento, nós pedimos que a Mesa reconsidere, a maneira pela qual encaminhou a matéria para colocar antes, em votação a Emenda 5 — e gostaríamos de procurar deixar no plenário, neste encaminhamento de votação, a diferença que existe entre a Emenda no. 05 e a ilustrada emenda da Comissão, que nada mais fez do que voltar ao projeto através de outras palavras. É, pelo menos, salvo melhor juízo, aquilo de que ouvi da Presidência da Casa, podemos concluir. Como se trata de matéria inclusive subjúdice, que a Jurisprudência dos nossos Tribu-

nais, proclamada num mandado de segurança impetrado por uma figura eminente que é a do Advogado René Dotti, Professor Universitário e homem consagrado nas Letras Jurídicas nacionais, é de que a Casa medite sobre a matéria.

Porque não se trata apenas, de reduzir a atribuição da Assembléia, e também não se trata, no caso, de uma alevisia do legislador, de querer para si mais uma atribuição. É que no sentido como bem proclamou da tribuna o eminente Deputado Accioly Neto, o sentido que se dá às funções de Auditor e de Conselheiro do Tribunal de Contas, colocam os dois cargos na mesma posição, em termos de igualdade.

Ora, se para Conselheiro se exige o pronunciamento da Assembléia Legislativa, porque motivo haverá esta Casa, contrariando o que tem sido proclamado na Justiça, e em seguidos julgamentos, de abdicar desta sua função obrigacional até certo ponto.

Nós aqui estamos e também deve ser ressaltado este ponto, mais na função fiscalizante do que legislativa.

É o próprio sistema que proclama a importância fiscalizante dos Poderes Legislativos. Como que justificando a sua flagelação naquilo que diz respeito à iniciativa pelas Leis.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que não corramos em seguida ao dissabor de que um ato judicial venha a refazer aquilo que iremos desfazer, deixamos este apelo para que a Casa inclua esta atribuição que lhe é sagrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE — A Presidência, respondendo a questão de ordem do eminente Deputado Muggiati Filho, e decide definitivamente: ambas as emendas oferecidas são substitutivas. Lei o texto: a do Sr. Muggiati Filho, “substitua-se no § 4o. do artigo 41, da Proposição 537, a expressão: — Substitui uma expressão por outra.

A emenda da Comissão, também substitutiva, porque preconiza que “seja substituída pela expressão: “tal, para tal”.

Considerando que ambas as emendas são substitutivas, ambas em preferência sobre a emenda constante do original, que é a proposição. Todavia, regimentalmente, conforme esse mesmo inciso 3o. do artigo 102, as emendas das Comissões têm preferência sobre as emendas dos Deputados. Por esta razão, a Presidência decide definitivamente a questão de ordem com amparo regimental. Coloca em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente. Há dois enunciados da parte da nossa bancada sobre a mesma matéria. Uma de minha autoria, que se incorpora à proposta. E outra emenda oferecida pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, como membro da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta interromper V. Exa., eminente Deputado, mas estamos há apenas dois minutos para esgotar o tempo regimental da sessão. E coloca em votação o seguinte requerimento: “Com base no Regimento Interno, requeiro prorrogação da presente sessão por mais uma hora. Assina, Deputado Gilberto Carvalho”.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. — APROVADO.

A Presidência lhe devolve a palavra, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, para a questão de ordem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pois não. Eu estava dizendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há da parte da nossa bancada, duas proposições, ou melhor, dois enunciados sobre a mesma matéria. E eu apenas pretendo clarificar o que me parece já ser da essência da nossa Constituição, porque tenho para comigo que a Assembléia Legislativa está dispensada de ser ouvida para a nomeação de Auditores do Tribunal de Contas.

O ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira emendou, retirando a expressão “independentemente, por exceção de aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná”.

Todavia, face às ponderações do nobre Deputado Muggiati Filho, e ainda por entender que efetivamente talvez seja de merecer melhor exame esta proposição, requeiro à Mesa que a minha redação seja excluída de apreciação, neste momento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência deseja situar o eminente Deputado Líder. A Presidência, ao dar preferência de votação à emenda apresentada na Comissão Especial, está, automaticamente, desprezando a importância da redação inicial.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, da mesma forma que o eminente Líder da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, formulou seu impedimento à vista dos argumentos expendidos pelo nobre Deputado Muggiati Filho, e também pelo eminente Deputado Accioly Neto, que fez brilhante exposição da tribuna desta Casa, da mesma forma, requeiro retirada de emenda por mim proposta na Comissão Especial de Reforma à Constituição.  
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, regimentalmente, defere o pedido do eminente Deputado Líder do Governo, e não tem outro caminho senão deferir também o que, em questão de ordem, requer o eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira. E, portanto, colocará em votação a única emenda aposta à proposição apresentada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho.

Emenda no. 05, do Sr. Deputado José Muggiati Filho.  
O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Antes de tudo, Sr. Presidente, porque já havia declinado meu voto da tribuna, é preciso que se faça uma observação.

A emenda do Deputado Muggiati Filho, trata de matéria diversa daquela que consubstanciou a intenção de reformar a Constituição do Estado, à vista da Constituição Federal.

Portanto, a emenda do Deputado Muggiati Filho nada tem a ver com o pacote de abril e, muito menos, com o cartucho aqui proposto.

A Casa recebeu, me parece, de cada um dos Srs. Deputados, documento encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado, tratando de expor — através da palavra o Conselheiro Rafael Iatauro — tratando de expor sua posição com relação a esta matéria.

Não bastasse, Sr. Presidente, as minuciosas considerações do eminente Deputado Accioly Neto, é preciso que se atente para a opinião daquele Tribunal, retratada pela palavra de um seu ex-Presidente, de um de seus membros, de um dos seus Conselheiros. Porque a retirada da emenda do Deputado Luiz Alberto — também não sei se poderia retirá-la da forma como retirou — não implica na modificação da posição da bancada do Governo, que se apressa em não votar, ou votar contrariamente, à emenda do Deputado Muggiati Filho.

Não bastasse as considerações minuciosas do Deputado Muggiati Filho, é preciso que se conheça o entendimento do Tribunal de Contas retratado por esse documento encaminhado a V. Exa. e que não sei se já foi anexado ao processo, mas não foi dado à luz, ainda, a este Plenário.

Eu, rapidamente, vou ler alguns trechos. Diz aquele Conselheiro. (Lê): “Permita, Sr. Presidente, dizer que o nobre Deputado laborou em equívoco, quando trata da autoria da reforma Constitucional, por parte do Deputado Luiz Alberto, especialmente quando enfatizou a circunstância de que esta seria regra geral contida nas Constituições Estaduais. Muito ao contrário, conforme demonstrarei no decorrer dessas apreciações, as Constituições de nosso Brasil que preferiram a inserção de tal texto, além de homogêneas, não deixaram qualquer margem de dúvida de interpretação. O auditor não é cargo de livre nomeação. Não há como fugir. Pela Constituição Federal, via de regra, o auditor é cargo que deve ser tratado por Lei Ordinária. Se assim não fosse, a Carta Magna Estadual teria cui-

dado dessa figura em seu bojo”.

Vai à frente aquele Conselheiro para dizer mais: “A maioria das Constituições Estaduais não trata do cargo de auditor. As que o fazem, contudo, são coerentes, e seguem um princípio maior de que ninguém pode ingressar em cargo público efetivo sem aprovação prévia em concurso de provas, ou prova de títulos. Esta é a regra geral, confirmada, inclusive, por pareceres de grandes juristas pátrios, e por decisões das Cortes maiores.

A exceção à regra geral, nesse particular, é aquela que dispensa o instituto de concurso público, desde que substituído pela aprovação prévia do Legislativo.

Esta última aprovação prévia, é lógico, que se entende, preenche, até com vantagem, em certos casos, a ausência do primeiro, no caso em tela.”

A seguir, aquele Conselheiro arrola para comprovar a sua afirmação, os textos das Constituições do Acre, do Amazonas, do Espírito Santo, do Maranhão e de Minas Gerais.

Não vou me estender na leitura, porque os eminentes Deputados já receberam. Mas, parece que está claro, para corroborar a afirmativa do Deputado Muggiati Filho: “cargo efetivo ou se nomeia com base na regra geral do concurso, ou se nomeia com prévia aprovação da Assembléia Legislativa”. Cargo efetivo jamais será de livre nomeação de quem quer que seja.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado labora em equívoco quando afirma que é documento oficial, ou documento do Tribunal de Contas.

A verdade, é documento de caráter particular do radialista Rafael Iatauro, dirigido a esta Casa, hoje ocupando o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Quero esclarecer a V. Exa., ainda de que o próprio Tribunal de Contas deve ter entendimento diferente, porque deu posse, e conseqüentemente, referendou o ato de nomeação do auditor Emílio Hoffmann Gomes, pela maioria dos membros daquela Corte de Contas do Estado do Paraná.

Portanto, não vejo o entendimento do Tribunal de Contas, mas de um dos seus membros.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Eminentíssimo Deputado, lamento, mas não conheço os meandros daquele Tribunal.

Portanto, se laborei em equívoco, me baseei na palavra do Conselheiro.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, no que foi acompanhado pelo não menos ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, retirou a Emenda que havia proposto à Constituição do Estado. Como a emenda do não menos ilustre Deputado Muggiati Filho se dirigia ao novo texto proposto pelo Deputado Luiz Roberto Soares, é óbvio que não podemos votar mais a emenda do Deputado Muggiati Filho, porque ela está no vazio, desde que não pode nem alterar nem — se aprovada — ser acrescentada ao texto vigente da Constituição do Estado, § 4o., do artigo 91.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência deseja situar o eminente Deputado Accioly Neto: a proposição foi aprovada por maioria absoluta. Portanto, abrigando o texto original da apresentação da proposta de emenda à Constituição. Se não se votar a Emenda Muggiati Filho, prevalecerá o que o Plenário vota, ou seja, validando a emenda proposta à Constituição do Estado proposta pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

A Presidência foi clara: colocou em votação a Proposição no. 537/77, ressaltadas as emendas.

Aprovada a proposição há que se — desejando o Plenário alterar a redação inicial — votar-se as emendas.

Caso contrário, a Presidência não vê e não tem no momento, nenhum outro caminho a seguir.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, embora o entendimento da Comissão Executiva seja

este, eu teria dúvidas.

De qualquer maneira, vamos adotar a solução mais pragmática. Eu peço então que na segunda votação seja excluída do texto a proposta que pretende alterar o art. 41, § 4o., se não estão enganado, que é o que se questiona neste momento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de prosseguir a sessão, deseja situar-se. Verificou a Presidência, que o Plenário ofereceu uma solução política para o impasse. Entendeu a Presidência que a retirada das emendas, a original que já havia sido objeto de deliberação do Plenário, com aprovação por maioria absoluta; posteriormente, com a retirada da emenda apresentada na Comissão Especial pelo eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que a saída política apresentada pelo Plenário, seria a de aprovar a Emenda no. 05, conhecida como Emenda Muggiati Filho.

A Presidência está agora diante de um impasse, e não deseja, como jamais desejou conscientemente, ferir dispositivo regimental. Por esta razão, a Presidência solicita aos eminentes Srs. Deputados, dois minutos, prazo em que será levantada a sessão, para reabrir-la dentro de dois minutos, depois de estar perfeitamente com o entendimento regimental que deva ser adotado.

Levanto a sessão por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Convoco, por favor, os Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto de Oliveira, Muggiati Filho e Trajano Bastos.

A Presidência convoca o Sr. 2o. Secretário para tomar assento à mesa.

(Está reaberta a Sessão)

A Presidência deseja a compreensão dos eminentes Srs. Parlamentares, e reconhece, que na pretensão de atender as Lideranças e os Srs. Deputados autores de emendas à Proposição, poderia haver cometido um ato que pudesse vir a ferir o Regimento Interno, razão pela qual, a Presidência colocará em votação ambas as emendas apresentadas e que pretendem alterar o disposto no § 4o. do art. 41.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, é justo que num momento deste, as normas regimentais possam ser, não raro, objeto de interpretação não condizente com a realidade. Mas, das Questões de Ordem levantadas, parece-me que sobrou uma, a ser cogitada como inquestionável — a que, tendo sido votado em globo, o Projeto de Emenda Constitucional, o artigo da proposição de emenda a que se refere a Emenda no. 05, relativa ao § 4o. do artigo 41, da Proposição, constitui matéria vencida, aprovada em 1a. Discussão.

A sua retirada deverá ser objeto de matéria nova a ser discutida; a rigor, não pode nem ser discutida na sessão de hoje, por ser matéria vencida.

Nestas condições, como a emenda da Comissão foi retirada pelo seu eminente autor, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, com deferimento de V. Exa., também constitui matéria vencida a retirada desta emenda.

Nestas condições, resta só, e eu não estou defendendo por ser o seu autor, mas por ser uma questão de direito inquestionável, resta só à deliberação da Casa, a Emenda no. 05.

Não se cogita o que pode acontecer amanhã, apenas o que deve ser acontecido nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência entende a Questão de Ordem do Deputado Muggiati Filho. Considera insubsistente a emenda do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Entende a Presidência, que foi a Comissão que a retirou.

Colocará em votação a emenda do eminente Deputado Muggiati Filho, porquanto está apensa ao processo, com parecer contrário da Comissão.

Entende a Presidência, haver validado, na forma de 1a. Discussão, e votação a redação dada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Nada impede que, na forma de 2a. Discussão e votação, medida regimental venha a ser adotada, no sentido de,



se desejar o Plenário invalidar a mesma, porquanto, cabe ao Plenário recurso regimental, de solicitar-lhe destaque para votação, em turno de 2a. discussão.

A Presidência vai colocar em votação a Emenda no. 05, subscrita pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, de forma inversa, por estar com parecer contrário da Comissão Especial. Em votação a emenda. — REJEITADA A EMENDA MUGGIATI FILHO

Em votação a Emenda no. 06, apresentada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. (Lê).

A Presidência adverte o Plenário de que deverá substituir a expressão “§ 2o.”, já advertida a Liderança para o seguinte fato: O art. 106 da atual Carta Estadual, tem 4 parágrafos. Portanto, a Mesa consulta o eminente Deputado Muggiati Filho, se poderá substituir a expressão “§ 2o.”, por “§ 5o.”, ou “acrescente-se §”.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, na realidade, a redação correta nos parece, seria emenda à redação, a ser apresentada oportunamente, mas fica registrado já, para que se sentisse o espírito da redação, ao invés de “§ 2o.”, de “mais um §”.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Perfeitamente, é o entendimento da Presidência. Onde se lê - art. 106, fica acrescido do § 2o., leia-se “O art. 106 fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação: “Lei Complementar estabelecerá o número de Vereadores às Câmaras Municipais”.

Em votação a Emenda Muggiati Filho de no. 06, que tem parecer favorável da Comissão Especial. — APROVADA por maioria absoluta.

A Presidência anuncia para 2a. discussão e votação para a sessão de amanhã, sexta-feira, à hora regimental, 14,30 horas, a mesma matéria.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no. 45/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação de Redação Final ao Projeto de Resolução no. 373/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no. 74/76. — Está prejudicado, pois já está na pauta da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de pedido de informações, sobre um rol de questões, através do IPE. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, bem como ao Sr. Presidente do IBC, no sentido de que o IBC permaneça exclusivamente com a incumbência da comercialização do café. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Fazenda e Secretário das Finanças, enfatizando a necessidade do aumento da percentagem do ICM distribuída aos municípios. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Edilson Alencar e Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Nova Cantu,

pelo seu 13o. aniversário. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de louvor à nova Diretoria da Associação Comercial de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Sr. Governador do Estado, Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria do Interior, em forma de sugestão, no sentido de iniciarem intensa campanha de aumento do eleitorado paranaense. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, através do Governo do Estado, visando a instalação de serviços telefônicos do Sistema DDD, no Município de Mariluz. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, através do Governo do Estado, no sentido de que seja instalado em Alto Piquiri, os serviços telefônicos do Sistema DDD. —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, com apoio do Sr. Deputado Edilson Alencar, solicitando seja oficiado à TELEPAR, através do Governo do Estado, visando a instalação em Formosa do Oeste, dos serviços telefônicos do sistema DDD. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Edilson Alencar, solicitando seja oficiado à TELEPAR, através do Governo do Estado, no sentido de que seja instalado serviços telefônicos do sistema DDD, em Nova Aurora. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à TELEPAR, através do Governo do Estado, visando a instalação de serviços telefônicos do sistema DDD, em Moreira Salles. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja enviado à TELEPAR, através do Governo do Estado, no sentido de que seja instalado em Icaraíma, os serviços telefônicos do sistema DDD. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao IBDF, encarecendo audiência prévia da Prefeitura Municipal em cujo território se localizar projeto de reflorestamento, como também à Empresa Bamerindus S/A - Empreendimentos Florestais, encarecendo suspensão de projetos de reflorestamento no Município de Curitiba. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, fica adiada na forma do art. 150 do Regimento Interno.

A Presidência interrompe a votação para, com imensa satisfação, registrar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues, e lhe dá as boas vindas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo, no sentido de ser determinado com urgência a construção de prédio destinado à Agência de Rendas Estaduais de Querência do Norte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado, consubstanciado em apelo, visando a construção de prédio destinado à Corporação do Batalhão da Polícia Militar, destacado em Jacarezinho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos,



constante do expediente, solicitando uma certidão do inteiro teor da Ata aprovada em sessão do dia 27 de outubro do corrente ano. — DEFERIDO. — Ao Departamento Legislativo, para providenciar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar a pavimentação do aeroporto de Jacarezinho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a recuperação e posterior conservação da estrada que liga Pirai do Sul a Ventania. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando a inserção em Ata, de moção de protesto, dirigida ao Sr. Governador do Estado, pelo não envio de mensagem à Casa, propondo o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Osvaldo Macedo, devidamente apoiado, lido da tribuna, solicitando voto de solidariedade ao Semanário "Movimento", em sua luta contra atitudes arbitrárias e contra a censura prévia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Educação e Cultura e da Administração, bem como ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, encarecendo providências objetivas e imediatas para a construção de sede própria para a Escola de 1º. Grau, "Padre Magno", da cidade de Jacarezinho. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos, solicitando conclusão e divulgação ampla, ainda este ano, do regulamento do concurso para professores a ser realizado no próximo ano. — APROVADO.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende o pedido, em questão de ordem, de verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo (Pausa).

(É procedida a verificação de votação).

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, quiseram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, quiseram levantar-se (Pausa). 8 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para votação. Nem para prosseguimento da sessão.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados da sessão extraordinária das 10,00 horas da manhã, a sessão extraordinária das 14,00 horas e da sessão ordinária programada para as 14,30 horas, também de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, sexta-feira, às 14,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.